



Demonstrações Contábeis

2002

**Publicado no Diário Oficial do Estado do RS, Jornal do
Comércio e Valor Econômico, em 21 de Março de 2003**

Sumário

Relatório da Administração.....	3-12
Demonstrações Contábeis	
Balanços Patrimoniais.....	13-14
Demonstrações do Resultado.....	15
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	16
Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos.....	17
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.....	18-48
Informações Complementares	
Demonstração do Valor Adicionado.....	49
Demonstrações do Fluxo de Caixa.....	50
Anexos	
Parecer dos Auditores Independentes.....	52-53
Balanço Social.....	54
Parecer do Conselho Fiscal.....	55
Manifestação do Conselho de Administração.....	56

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

A Administração da Rio Grande Energia S.A. – RGE, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, vem submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Contábeis, os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal e o Relatório da Administração concernentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2002.

Na esteira de um período crítico de racionamento de energia elétrica, o ano que se encerrou ainda apresentou os efeitos de uma retração do mercado de proporção expressiva. Tal retração, aliada às turbulências oriundas do campo econômico e político e às indefinições regulamentares do setor elétrico nacional, tornou o ambiente de negócios extremamente difícil para as concessionárias de energia elétrica. A RGE, inserida nesse contexto, sentiu os reflexos do momento; entretanto, manteve o controle de suas finanças e da qualidade da prestação de seu serviço através da prudente gestão dos gastos operacionais e investimentos seletivos, acompanhados por uma estratégia comercial que preservou a capacidade de agregar valor a longo prazo.

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2002 iniciou com otimismo por parte dos agentes econômicos, tanto no âmbito nacional quanto no internacional. No plano interno, havia a expectativa de retomada do crescimento econômico em função do término do racionamento de energia elétrica, bem como da existência de indicadores de produção favoráveis, como a evolução das exportações brasileiras e o prognóstico da safra agrícola. O mercado financeiro e de capitais brasileiro apresentava uma percepção de moderado risco econômico e político associado ao bom desempenho da balança comercial e das contas públicas. No plano externo, apesar da crise da Argentina, o risco Brasil se mantinha relativamente estável.

Ao longo do ano, algumas dessas perspectivas otimistas não se confirmaram. O ambiente externo acabou sendo afetado pela instabilidade da economia americana, o que ocasionou a queda nas bolsas mundiais, elevou a volatilidade e criou restrições ao fluxo internacional de capitais. No âmbito interno, embora os fundamentos da economia brasileira tenham se mantido em boas condições (em particular, o desempenho da balança comercial, que atingiu o patamar de US\$ 12,6 bilhões, e o superávit primário de 3,9% do Produto Interno Bruto – PIB), o aumento da incerteza política e o ambiente externo desfavorável estimularam uma forte desvalorização da moeda nacional da ordem de 51,0% durante o período.

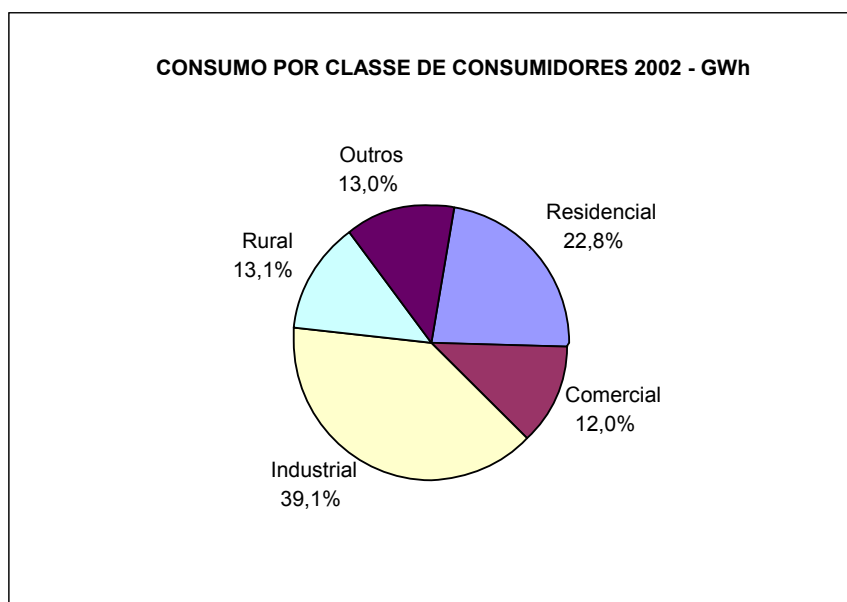
A economia brasileira não ficou imune a essas situações: o PIB cresceu apenas 1,5%, a taxa de juros básica (SELIC) atingiu 25,0% no final do ano, a proporção da dívida pública versus PIB se elevou de 53,0% para 61,0% e a inflação voltou a preocupar, tendo o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) atingido 25,3% no período.

MERCADO

Com o término do racionamento nos primeiros meses do ano de 2002, o mercado de energia vislumbrou a retomada do crescimento, o qual, no entanto, realizou-se em ritmo mais modesto do que os índices esperados e verificados nos anos anteriores a 2001. Parte disso se explica pela alteração dos hábitos de consumo, em particular na classe residencial, comportamento que tende a permanecer nos próximos anos. Por outro lado, o baixo desempenho da economia

também contribuiu para um incremento inferior ao projetado. Com efeito, o crescimento anual do consumo de energia elétrica da RGE foi de apenas 2,1%, enquanto o esperado era de 5,7%. Destaca-se, nesse contexto, o desempenho da classe industrial, cujo crescimento foi de 3,2%. Cumpre notar, entretanto, que, mesmo tendo sido baixo, o desempenho da RGE foi superior ao da média setorial em sua região, cujo índice foi de 1,2%.

Segundo a classificação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), em abril de 2002, ao alcançar a importante marca de um milhão de clientes, a RGE passou à categoria das empresas de grande porte. Durante o ano, a RGE distribuiu energia elétrica para mais de 3,3 milhões de pessoas através de 1.026 mil unidades consumidoras, representando um acréscimo de 32 mil novos clientes.



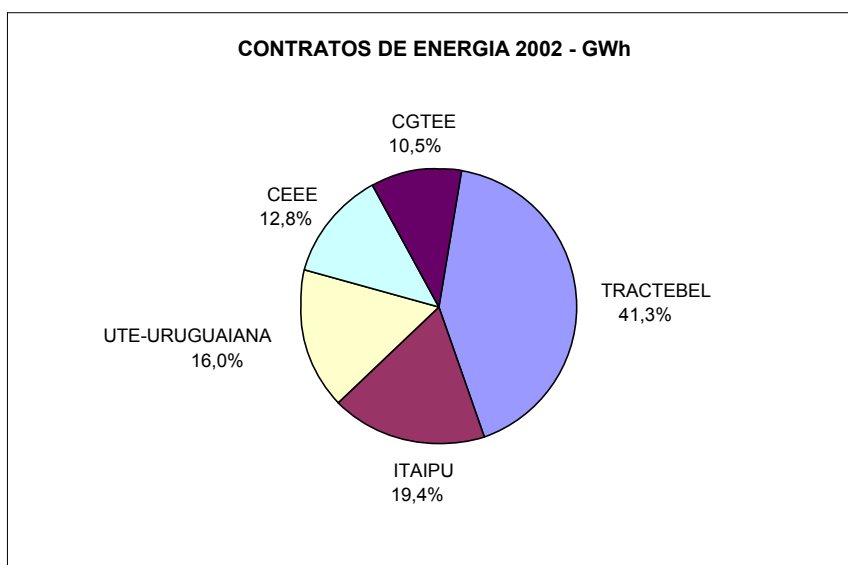
A tarifa líquida média praticada pela RGE durante 2002 foi de R\$ 152,44/MWh, 12,8% superior a 2001, correspondendo a cerca de 50,0% do IGP-M no ano e ficando abaixo da evolução do custo de energia no mesmo período.

A conta gráfica, que registra as variações nos custos de energia (encargos setoriais, custo de transmissão, conexão e geração) não concedidos pela Agência Reguladora ANEEL na tarifa do ano, soma R\$ 140.292 mil, os quais serão reconhecidos no próximo reajuste tarifário.

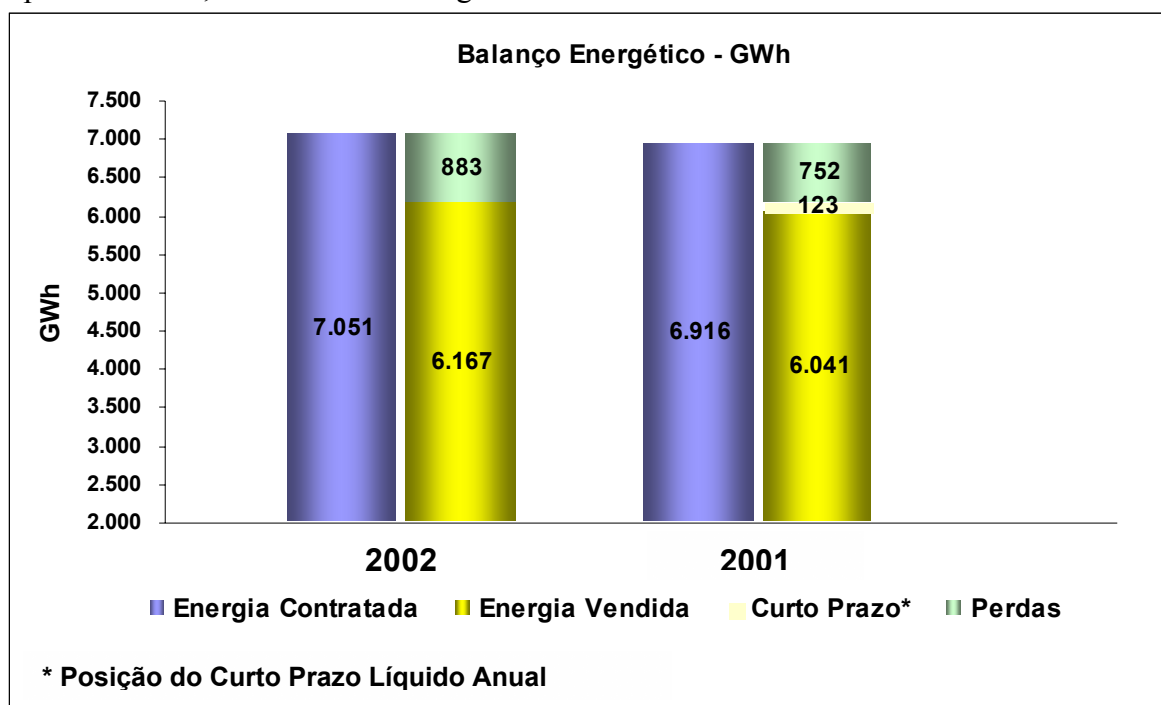
Conforme previsto no Contrato de Concessão da RGE e de acordo com a legislação vigente, a Agência Reguladora está conduzindo a 1ª Revisão Tarifária, cujo término está previsto para 19 de abril de 2003, após as devidas consulta e audiência públicas. O objetivo principal desse processo é redimensionar o nível tarifário da RGE, a fim de permitir o equilíbrio econômico-financeiro de suas atividades e implementar os critérios de compartilhamento futuro de ganhos de produtividade com os clientes.

Em decorrência das incertezas relativas à geração futura de energia elétrica e ao processo de descontração dos denominados Contratos Iniciais, a RGE optou por assegurar a entrega de energia a preços competitivos aos seus clientes até o ano de 2014, através de um contrato de fornecimento de longo prazo junto à geradora Tractebel Energia S.A.. O referido contrato, já registrado junto à Agência Reguladora, foi assinado em 2002 e terá vigência a partir de 2003, tendo como objetivo principal cobrir a descontração da Companhia Estadual de Energia

Elétrica (CEEE) e Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE), que ocorrerá em 2003. Os demais geradores permanecem com os percentuais de fornecimento inalterados.



Em dezembro de 2002, o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) realizou a contabilização do período de setembro de 2000 a setembro de 2002 e a liquidação de 50,0% do valor apurado. No ano de 2002, a RGE foi vendedora de energia no MAE em 1,8 GWh, representando 0,03% de toda a energia comercializada nesse ano.



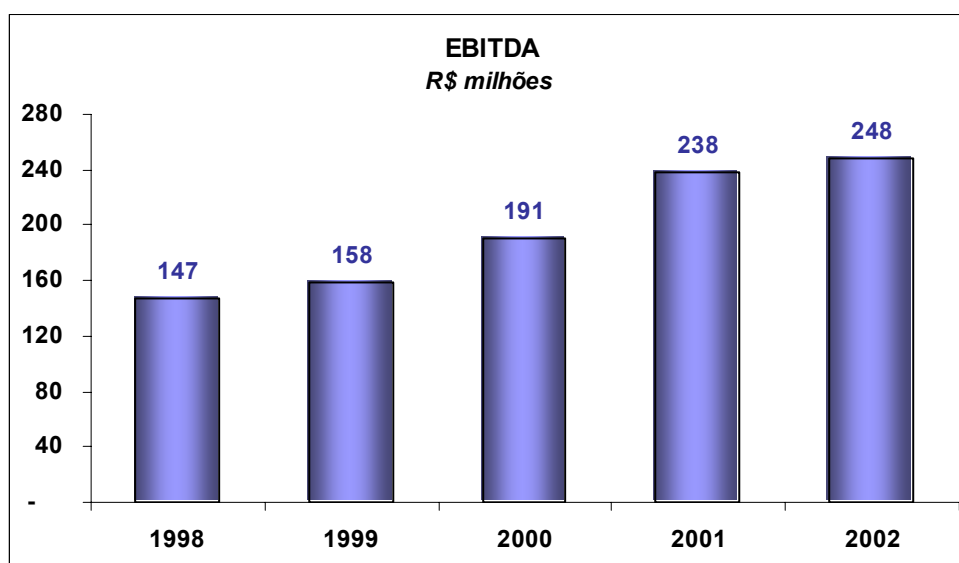
Embora o nível de inadimplência em 2002 tenha se mantido abaixo das médias regionais e nacionais, houve um ligeiro aumento dos atrasos das contas de prefeituras (iluminação pública) e órgãos estaduais durante o segundo semestre de 2002, os quais representavam o montante de

R\$ 34,4 milhões no final do ano. As ações de negociação com prefeituras e instituições estaduais foram intensificadas, visando equacionar os débitos existentes e, com, isso, minimizar a tendência de aumento da dívida. A aprovação da Contribuição para Iluminação Pública (CIP) pelo Congresso Nacional, em dezembro de 2002, deverá permitir uma melhoria da adimplência das prefeituras a partir de 2003.

Durante o ano de 2002, a RGE expandiu a oferta de serviços especializados e personalizados a seus clientes, lançando um novo canal de relacionamento via Internet, no qual o consumidor tem acesso aos serviços disponíveis e informações sobre o setor elétrico brasileiro e sua legislação.

DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO CONSOLIDADO

A RGE registrou receita bruta consolidada de R\$ 1.201.816 mil, 13,7% superior à do período anterior. O resultado do serviço consolidado foi de R\$ 65.043 mil, 22,4% acima de 2001. O resultado operacional gerencial consolidado antes da dedução dos impostos, depreciação, amortização e juros (EBITDA) cresceu 4,0% em relação ao período anterior, atingindo R\$ 247.803 mil. A evolução desses indicadores somente foi possível por meio da implementação de um severo programa de redução de despesas operacionais e racionalização de atividades, refletido na evolução de apenas 8,7% das denominadas “despesas gerenciáveis”, as quais atingiram R\$ 118.942 mil em 2002, contra uma inflação de 25,3% medida pelo IGP-M.



O prejuízo líquido do período – de R\$ 85.972 mil ou R\$ 0,111 por ação (R\$ 16.235 mil ou R\$ 0,021 por ação em 2001) – foi afetado pelas despesas financeiras derivadas da elevada inflação interna, pela amortização parcial da variação cambial diferida em 2001, por força da Medida Provisória n.º 3, de 26 de setembro de 2001, no montante de R\$ 30.069 mil, bem como pelo expressivo crescimento da cotação da moeda norte-americana.

Os efeitos referentes à evolução da taxa cambial foram, em grande parte, amenizados por meio de proteção cambial contratada junto a instituições financeiras em dezembro de 2001 e janeiro de 2002, respectivamente, para as parcelas do empréstimo de pré-pagamento de exportação

(*trade finance*) vencidas em 2002, no montante aproximado de US\$ 38.000 mil, e a vencer a partir de 2003 (US\$ 152.000 mil aproximadamente). Os benefícios econômicos brutos com tal contratação atingiram o montante de R\$ 149.357 mil durante o período (ver Nota Explicativa nº. 27 às Demonstrações Contábeis) e reduziram a exposição cambial da RGE apenas aos efeitos indiretos da variação da moeda americana sobre a taxa de juros e inflação internas.

Seguindo o Plano Financeiro delineado em 2000, durante o período, a RGE organizou e submeteu a investidores oriundos do mercado de capitais a emissão de debêntures não conversíveis no montante de R\$ 102.000 mil, resgatáveis no prazo de 36 meses (50,0% resgatáveis no 24º mês). A operação, muito bem recebida pelo mercado e compatível com o nível de endividamento aceitável para a RGE, encontra-se ainda pendente de aprovação por parte da Agência Reguladora. Vale salientar que, apesar do cenário macroeconômico e setorial desfavorável, a RGE mantém uma política financeira conservadora de endividamento, com perspectivas positivas de cumprimento dos seus compromissos financeiros no curto e longo prazos.

INVESTIMENTOS

A RGE, visando a cumprir com o seu planejamento de longo prazo, investiu R\$ 78.325 mil em 2002.

Foram priorizados os investimentos no sistema elétrico (conexões, linhas de transmissão, subestações, manutenção e outros), com 68,4% do montante.

Com as obras realizadas, a capacidade instalada em subestações de distribuição evoluiu de 1.233,0 MVA em 2001 para 1.352,5 MVA em 2002, o que representou um acréscimo de 119,5 MVA.

Os investimentos destinados à informática e às telecomunicações foram da ordem de R\$ 4.102 mil, destinados principalmente à ampliação da armazenagem de dados, à modernização operacional e ao aumento da qualidade no atendimento ao cliente através da implantação de sistemas de gestão comercial.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Qualidade e Produtividade

Com vistas a manter e melhorar continuamente a qualidade de seus processos operacionais, a RGE assegurou as certificações ISO 9002 através das auditorias periódicas realizadas pelo Bureau Veritas Quality International (BVQI).

Relativamente ao Sistema de Gestão em Segurança e Saúde Ocupacional, a RGE obteve reconhecimento externo com a manutenção da certificação na Norma Internacional OHSAS 18001. Além disso o resultado da avaliação realizada pelo Det Norske Veritas (DNV), inédita no setor elétrico nacional, insere a RGE entre as empresas de excelência mundial em segurança e saúde de seus colaboradores.

Visando mensurar a qualidade percebida pelo cliente, a RGE vem participando da pesquisa de satisfação realizada anualmente pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE). Em 2002, a Empresa elevou seus índices de desempenho nas seguintes categorias: Fornecimento de Energia, Informação e Comunicação, Conta de Luz, Imagem, Qualidade Percebida e Satisfação Geral do Cliente.

Destaca-se também a participação no Programa de Benchmarking, realizado pela Fundação COGE, cujo resultado posiciona a RGE entre as melhores práticas internacionais no desenvolvimento e gestão dos diversos processos pesquisados.

Em decorrência dos significativos resultados, a RGE obteve em 2002 os seguintes reconhecimentos:

- melhor índice de Satisfação Global no Estado de acordo com a Pesquisa da ANEEL – índice de 69,0%;
- prêmio As 100 Mais Inovadoras no Uso de Tecnologia da Informação, concedido pela Revista *Informationweek Brasil* – 2º lugar no ranking das empresas de serviços públicos e 29º lugar no ranking geral das empresas do Brasil;
- prêmio Aberje – Melhor Intranet da Região Sul e Melhor Intranet do Brasil;
- prêmio Eletricidade Moderna – Melhor Desempenho Comercial do Brasil;
- prêmio Fundação COGE para o *case* Volta às Aulas;
- prêmio Padrão de Qualidade em B2B na categoria Serviços Públicos/Administração Direta, concedido pela Editora Padrão para o projeto e-Procurement;
- certificação Nível 5 pela DNV;
- melhor Desempenho nos Procedimentos Contábeis pela Fundação COGE.

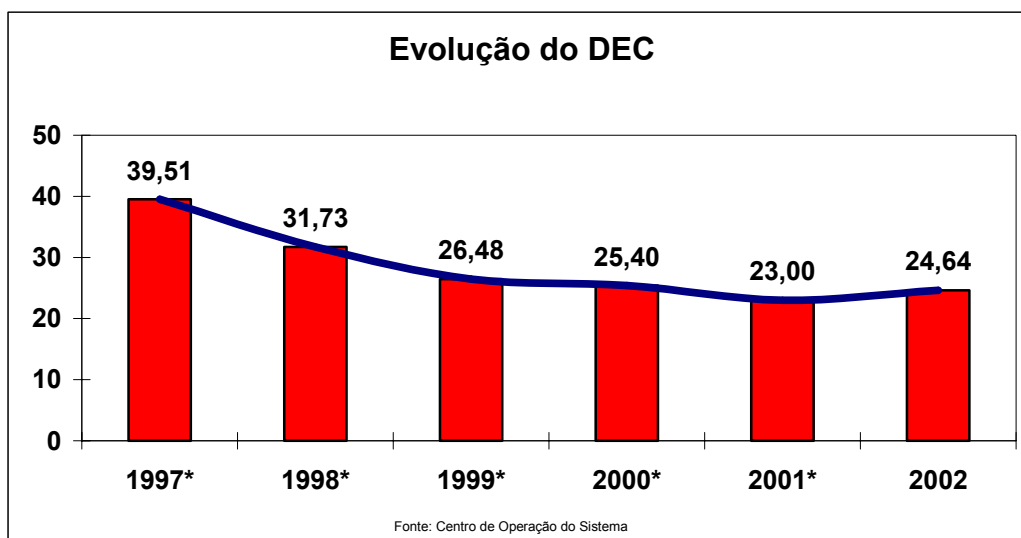
Operações

A Empresa desenvolveu projetos importantes na área operacional, voltados para a melhoria do processo produtivo.

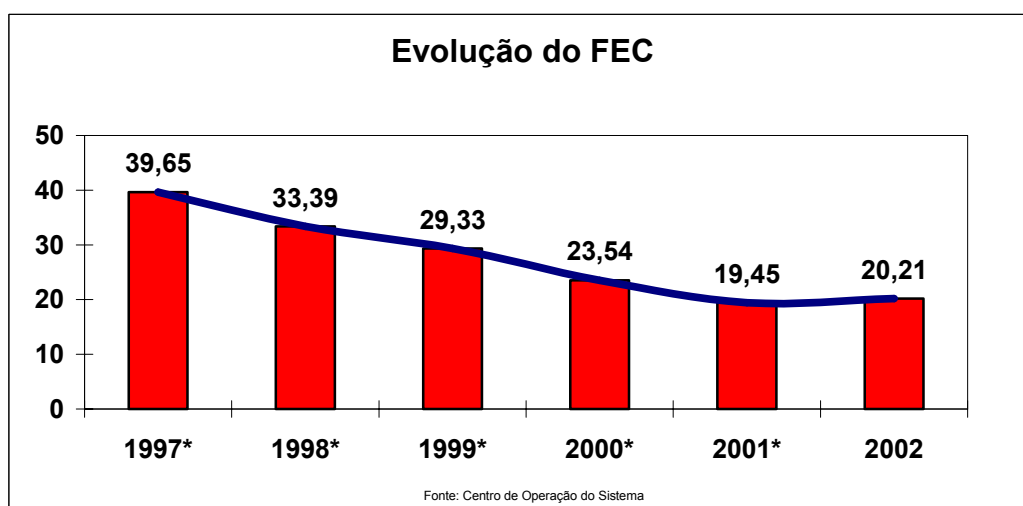
Foi criado o Departamento de Obras da Distribuição, com o objetivo de integrar e sistematizar as áreas de Planejamento, Projetos e Cadastro de obras da rede de distribuição. A gestão integrada dos projetos e dos recursos proporcionou uma redução nos custos das obras, agilidade no atendimento aos pedidos de expansão, melhorias e padronização da rede.

A centralização dos controles de todos os serviços técnicos e comerciais no Centro de Operação da Distribuição (COD) resultou no gerenciamento total das equipes de eletricitas, permitindo a alocação dos recursos no tempo e na quantidade requeridos pela demanda do sistema elétrico. Além de ampliar para 50,0% o número de subestações telecomandadas, a Empresa passou a disponibilizar serviços de supervisão, operação e manutenção para grandes clientes ligados em tensão de transmissão (230 kV).

Apesar de a região de concessão ter sido atingida por intempéries acima da média verificada nos anos anteriores, o desempenho operacional verificado no período obteve um resultado dentro das metas estabelecidas pela Empresa, como, por exemplo, no caso dos indicadores de Duração Equivalente de Interrupção por Cliente (DEC) e Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente (FEC).

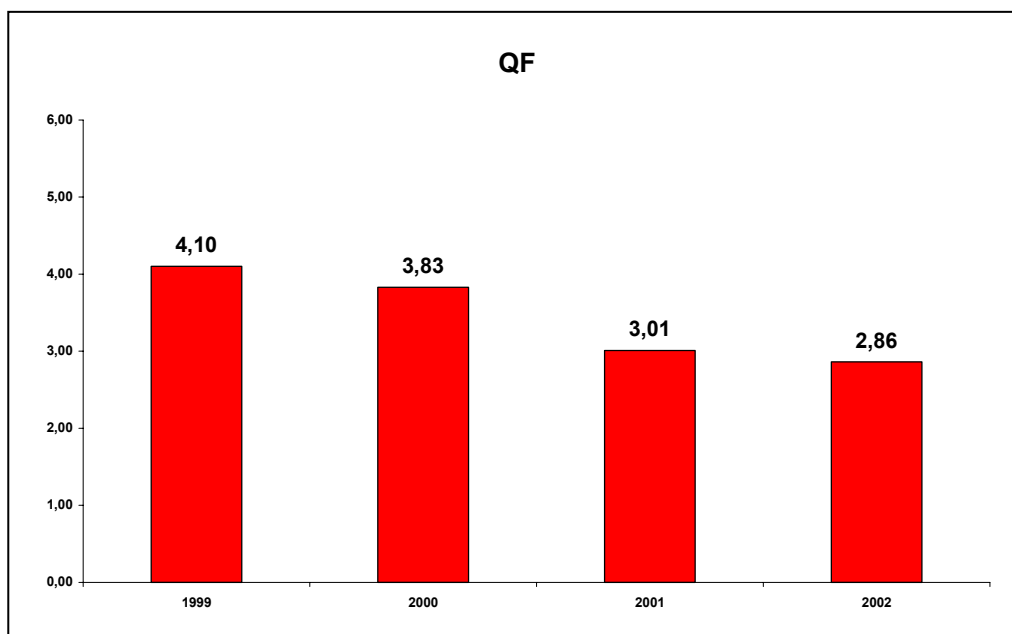


*Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel



*Valores ajustados conforme entendimentos com a Aneel

A operação comercial vem confirmando um dos melhores índices setoriais de Qualidade de seu Faturamento (QF), registrando 2,86 contas anuladas para cada 10 mil emitidas, sendo que o valor máximo fixado pelo contrato de concessão era de 7.



Um grande esforço também foi realizado na recuperação de receita através dos programas Fiscalização das Unidades Consumidoras e Medição de Energia Reativa na Baixa Tensão. O combate à fraude permitiu que a Empresa reduzisse as perdas comerciais para apenas 1,0%, com reintegração de perdas da ordem de R\$ 3 milhões, enquanto a correção do baixo fator de potência nas instalações consumidoras resultou em um acréscimo de faturamento de mais de R\$ 2 milhões.

Como apoio às atividades da operação, foi implementada a ferramenta ARIS, que permite a atualização dos fluxos dos processos de produção através da sistematização e padronização das atividades.

Para atender à demanda crescente de serviços, o quadro de eletricitas foi estudado e redimensionado, utilizando técnicas de simulação e previsão de demanda, o que possibilitou atender a crescente necessidade dos serviços e manter o quadro estável desde 2001. Com base nesse estudo, a Empresa optou por segregar as atividades dos eletricitas, o que representou uma economia anual de R\$ 500 mil.

A implantação do projeto Auxiliar de Eletricista, que compreende a formação gradual do profissional por módulos de treinamento, flexibilizou o processo de reposição do quadro. Além disso, a introdução do plano de carreira do eletricista, prevendo a formação completa em um período de 2 anos, resultou em uma economia anual em torno de R\$ 670 mil.

Para atender à demanda de treinamentos com melhor qualidade e menor custo, o Centro de Desenvolvimento e Treinamento de Bento Gonçalves foi totalmente remodelado, permitindo a realização de cursos simultâneos através de módulos que representam a situação real da rede.

A RGE também desenvolveu um novo equipamento com Cesta Aérea para trabalho em rede secundária energizada, o que resultou na execução de tarefas pelas equipes de eletricitas com maior segurança e qualidade, representando um ganho de 100,0% de produtividade e permitindo manter o quadro de eletricitas estável desde setembro de 2001.

A produtividade da força de trabalho medida pela relação entre receita operacional bruta e força bruta de trabalho alcançou o índice de R\$ 767,00 representando uma expressiva evolução de 11,0% em relação ao ano de 2001 (R\$ 691,00).

Logística

Dando prosseguimento ao plano logístico iniciado em 2000 e fortemente baseado no conceito de *supply chain management*, durante 2002 a RGE deu início aos testes do Sistema de Planejamento e Controle de Obras, que permitirá o planejamento e o acompanhamento da execução de todas as etapas das obras de distribuição na área de concessão, integrando empreiteiras de projetos e execução de obras e fornecedores de materiais. Como parte do referido plano, também foi concluída a implementação do sistema de controle dos estoques nas bases operacionais, o qual permite a reposição automática de materiais e equipamentos para a manutenção da rede, acarretando maior exatidão no controle das quantidades e destino dos mesmos.

Visando dar mais agilidade e menor custo ao gerenciamento de sua cadeia produtiva, a RGE apostou em inovar a sua relação com seus fornecedores. A solução escolhida e implementada foi a de *e-marketplace*, que, além de ser pioneira, possibilitou integrar a Empresa e seus fornecedores em tempo real através da promoção de transações *on-line*.

Destacou-se também o Projeto Driller, que agrega à descarga mecanizada de postes a atividade de implantação dos mesmos nos mais diversos tipos de solo, possibilitando a redução de custos e ganhos de produtividade acentuados para essa tarefa.

BALANÇO SOCIAL

Programa de Eficientização de Iluminação Pública: Este importante programa consiste na substituição de lâmpadas convencionais por lâmpadas de vapor de sódio, cerca de 20,0% mais econômicas e 30,0% mais claras. Em 2002, através de convênios firmados com as prefeituras municipais, 46.000 pontos de iluminação pública foram tornados mais eficientes, beneficiando diversos municípios.

Medicina do Trabalho: Em 2002, a RGE implantou os seguintes programas: Qualidade de Vida, que contempla o atendimento psicossocial individual e em grupo a todos os funcionários; Ergonomia, abrangendo o levantamento e a implementação de ações de melhoria das condições ergonômicas dos colaboradores; e Prevenção ao Uso de Drogas.

Segurança no Trabalho: Campanha Viva com Segurança com o lema “2002 – Segurança em Primeiro Lugar”, a Empresa trabalhou intensamente durante todo o ano com temas relacionados à segurança de seus colaboradores e clientes. Através de palestras, jornais, vídeos, murais, livros, brindes e concursos, a campanha motivou os empregados a manterem um comportamento seguro em todas as atividades desenvolvidas na empresa e fora dela.

Benefícios: Todos os anos, a Empresa distribui aos filhos dos colaboradores matriculados no Ensino Fundamental o kit escolar, composto de mochila e materiais escolares diversos, estimulando e contribuindo para a educação da família RGE.

Desenvolvimento de Recursos Humanos: Foram investidas 69,4 mil horas em programas de capacitação e desenvolvimento, cerca de 28,0% a mais do que no ano anterior, representando

um valor total de R\$ 868 mil. As ações de desenvolvimento profissional e valorização do ser humano foram reconhecidas nacionalmente através dos prêmios Fundação COGE e Ser Humano Oswaldo Chechia/ABRH – Nacional.

Desenvolvimento Cultural e Social: Durante o ano de 2002, a RGE manteve seu apoio às manifestações culturais e sociais típicas de sua região, com destaque aos patrocínios da 14ª Feira Nacional da Soja, realizada em Santa Rosa; Festa da Uva, em Caxias do Sul; Festival de Cinema e Natal Luz, em Gramado. Em 2002, a RGE também confirmou a realização da 2ª Edição do Prêmio RGE Governo do RS de Cinema, no qual premiou, com R\$ 3,9 milhões, os projetos de longa-metragem gaúchos *O Homem que Copiava*, de Jorge Furtado, *Um Quarto de Léguas em Quadro*, de Paulo Nascimento, e *Extremo Sul*, de Monica Schmiedt e Sylvestre Campe.

Responsabilidade Social: A RGE reconhece a importância do trabalho voluntário na construção de uma comunidade mais solidária. Por isso, mantém-se entre o grupo de empresas patrocinadoras da organização não-governamental (ONG) Parceiros Voluntários, entidade que tem como objetivo organizar e capacitar pessoas e instituições para o trabalho voluntário. A Empresa também apóia, como uma das mantenedoras, a ONG Junior Achievement, entidade que incentiva valores de empreendedorismo entre jovens do ensino médio. Mais de 40 colaboradores da RGE têm atuado como voluntários no Programa Mini Empresa dessa ONG. A Cooplider – Universidade de Líderes, entidade que desenvolve valores de cidadania, meio ambiente, liderança e cooperação entre jovens, também recebe apoio da Empresa.

CONCLUSÃO

A Diretoria e o Conselho de Administração encerram mais um ano de intensas atividades convictos da capacidade de progresso e da superação de obstáculos por parte da RGE. Os resultados ora demonstrados, conquistados ao longo de um ano de muitas instabilidades, embasam essa convicção.

Cabe destacar que as boas realizações da Empresa só foram possíveis por contarem com a ajuda imprescindível de seus clientes, acionistas e fornecedores e por terem recebido a atenção permanente e profissional de seus colaboradores.

A ADMINISTRAÇÃO

RIO GRANDE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Ativo				
Circulante				
Numerário disponível	9.254	9.662	9.273	9.682
Aplicações financeiras	42.029	29.746	42.029	30.000
Consumidores e revendedores	231.217	182.561	231.217	182.561
Serviços em curso	10.204	6.102	10.204	6.102
Tributos a compensar	5.183	3.471	6.652	4.540
Estoque	3.968	2.918	3.968	2.918
Despesas pagas antecipadamente	83.125	50.629	83.125	50.629
Outros créditos	18.646	5.307	18.646	5.307
	403.626	290.396	405.114	291.739
Realizável a longo prazo				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	72.716	60.007	72.716	60.007
Depósitos judiciais	7.888	6.507	7.888	6.507
Despesas pagas antecipadamente	60.580	25.235	60.580	25.235
Outros créditos	6.495	3.090	6.495	3.090
	147.679	94.839	147.679	94.839
Permanente				
Investimentos	1.529	2.386	1.529	2.386
Imobilizado	702.139	700.347	702.139	700.347
Diferido	636.093	749.651	663.674	807.301
	1.339.761	1.452.384	1.367.342	1.510.034
Total do ativo	1.891.066	1.837.619	1.920.135	1.896.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



RIO GRANDE ENERGIA S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001

(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	137.872	123.772	137.872	123.772
Folha de pagamento	888	785	888	793
Empréstimos e financiamentos	158.161	34.885	287.710	134.611
Taxas regulamentares	7.378	7.714	7.378	7.714
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	6.325	6.177	6.325	6.177
Tributos e contribuições sociais	19.030	28.029	19.030	28.148
Dividendos	212.374	137.954	212.374	137.954
Obrigações estimadas	5.419	5.904	5.419	5.904
Outras contas a pagar	24.451	8.519	24.779	9.561
	571.898	353.739	701.775	454.634
Exigível a longo prazo				
Empréstimos e financiamentos	190.159	176.326	460.179	529.027
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	20.702	22.518	20.702	22.518
Provisão para contingências	24.804	26.102	24.804	26.102
Débito com partes relacionadas	259.085	345.132	-	-
Provisão para passivo a descoberto da controlada	113.620	50.106	-	-
Outras contas a pagar	10.171	1.834	12.048	2.469
	618.541	622.018	517.733	580.116
Patrimônio líquido				
Capital social	784.430	784.430	784.430	784.430
Reservas de capital	132.298	207.561	132.298	207.561
Prejuízos acumulados	(215.620)	(129.648)	(215.620)	(129.648)
Ações em tesouraria	(481)	(481)	(481)	(481)
	700.627	861.862	700.627	861.862
Total do passivo	1.891.066	1.837.619	1.920.135	1.896.612

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**RIO GRANDE ENERGIA S.A.****DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001****(Em milhares de reais, exceto prejuízo líquido por ação)**

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Receita operacional				
Fornecimento de energia elétrica	1.170.972	1.004.376	1.170.972	1.004.376
Suprimento de energia elétrica	20.376	43.376	20.376	43.376
Outras receitas operacionais	10.468	9.521	10.468	9.521
	1.201.816	1.057.273	1.201.816	1.057.273
Deduções da receita operacional				
ICMS	(233.198)	(201.907)	(233.198)	(201.907)
PIS	(8.877)	(6.867)	(8.877)	(6.867)
COFINS	(36.094)	(31.696)	(36.094)	(31.696)
Reserva global de reversão - RGR	(13.708)	(11.624)	(13.708)	(11.624)
	(291.877)	(252.094)	(291.877)	(252.094)
Receita operacional líquida	909.939	805.179	909.939	805.179
Custo do serviço de energia elétrica				
Custo com energia elétrica				
Energia elétrica comprada para revenda	(445.355)	(385.840)	(445.355)	(385.840)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(62.746)	(55.283)	(62.746)	(55.283)
	(508.101)	(441.123)	(508.101)	(441.123)
Custo de operação				
Pessoal	(21.626)	(16.978)	(21.626)	(16.978)
Entidade de previdência privada	(642)	(519)	(642)	(519)
Material	(5.604)	(5.642)	(5.604)	(5.642)
Serviços de terceiros	(15.612)	(12.699)	(15.612)	(12.699)
Depreciação e amortização	(55.400)	(52.300)	(55.400)	(52.300)
Conta consumo de combustível - CCC	(50.426)	(37.197)	(50.426)	(37.197)
Outros custos de operação	(2.956)	(3.150)	(2.956)	(3.150)
	(152.266)	(128.485)	(152.266)	(128.485)
Lucro operacional bruto	249.572	235.571	249.572	235.571
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(30.350)	(26.028)	(30.350)	(26.028)
Despesas gerais e administrativas	(42.156)	(44.393)	(42.152)	(44.400)
Amortização de ágio	(112.027)	(112.027)	(112.027)	(112.027)
	(184.533)	(182.448)	(184.529)	(182.455)
Resultado do serviço	65.039	53.123	65.043	53.116
Resultado de participações societárias	(63.514)	(23.390)	-	-
Receita (despesa) financeira				
Renda de aplicações financeiras	2.911	6.785	2.922	6.893
Encargos de dívida - líquidos	(74.829)	(20.359)	(61.211)	(45.725)
Variações monetárias - líquidas	(29.819)	(40.338)	(71.925)	(24.998)
Outras receitas (despesas) financeiras	7.669	4.240	(27.372)	(9.225)
	(94.068)	(49.672)	(157.586)	(73.055)
Resultado operacional	(92.543)	(19.939)	(92.543)	(19.939)
Receita não operacional	2.223	3.300	2.223	3.300
Despesa não operacional	(8.361)	(3.584)	(8.361)	(3.584)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(98.681)	(20.223)	(98.681)	(20.223)
Contribuição social	3.364	1.492	3.364	1.492
Imposto de renda	9.345	2.496	9.345	2.496
	(85.972)	(16.235)	(85.972)	(16.235)
Prejuízo líquido do exercício	(85.972)	(16.235)	(85.972)	(16.235)
Prejuízo por ação - R\$	(0,111)	(0,021)	(0,111)	(0,021)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 e de 2001
(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de capital			Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Total
		Ágio na subscrição de ações	Remuneração dos bens e direitos do capital próprio	Subvenção para investimentos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000	784.430	275.687	6.916	224	(113.413)	(481)	953.363
Reversão de subvenções para investimentos	-	-	-	(3)	-	-	(3)
Dividendos fixos-ações preferenciais (R\$ 0,52 por ação)	-	(75.263)	-	-	-	-	(75.263)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(16.235)	-	(16.235)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2001	784.430	200.424	6.916	221	(129.648)	(481)	861.862
Dividendos fixos-ações preferenciais (R\$ 0,52 por ação)	-	(75.263)	-	-	-	-	(75.263)
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(85.972)	-	(85.972)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002	784.430	125.161	6.916	221	(215.620)	(481)	700.627

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001
(Em milhares de reais)**

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
ORIGENS DE RECURSOS				
Das operações				
Prejuízo líquido do exercício	(85.972)	(16.235)	(85.972)	(16.235)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido				
Depreciação e amortização	63.572	59.784	63.572	59.784
Crédito PIS sobre depreciação e amortização-Lei nº.10.637/02	92	-	92	-
Amortização de ágio	112.027	112.027	112.027	112.027
Reversão de provisão para contingências	(2.042)	(1.229)	(2.042)	(1.229)
Juros, variações monetárias e cambiais de longo prazo	75.226	50.168	241.251	96.888
Amortização da variação cambial diferida em 2001	-	-	30.069	19.216
Resultado de participações societárias	63.514	23.390	-	-
Baixas no ativo permanente	9.442	3.367	9.442	3.367
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.709)	(3.661)	(12.709)	(3.661)
	223.150	227.611	355.730	270.157
De terceiros				
Empréstimos e financiamentos obtidos	62.178	5.966	62.178	5.966
Contribuição e doação do consumidor	5.815	8.430	5.815	8.430
Conta de compensação de variação dos custos da parcela "A"	5.354	-	5.354	-
Outras adições do exigível a longo prazo	5.967	-	7.209	-
Realizável a longo prazo transferido para o circulante	29.226	-	29.226	-
	108.540	14.396	109.782	14.396
Total das origens	331.690	242.007	465.512	284.553
APLICAÇÕES DE RECURSOS				
No realizável a longo prazo	69.357	28.990	69.357	28.990
No exigível a longo prazo	5.020	4.250	226.064	4.250
No permanente	78.325	85.205	78.325	162.070
Exigível a longo prazo transferido para o circulante	70.584	33.349	150.269	135.766
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	138.070	35.981	-	288
Dividendos provisionados	75.263	75.263	75.263	75.263
Reversão de subvenção para investimentos	-	3	-	3
Total das aplicações	436.619	263.041	599.278	406.630
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(104.929)	(21.034)	(133.766)	(122.077)
VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO				
Ativo circulante:				
No início do exercício	290.396	176.534	291.739	182.216
No fim do exercício	403.626	290.396	405.114	291.739
Aumento	113.230	113.862	113.375	109.523
Passivo circulante:				
No início do exercício	353.739	218.843	454.634	223.034
No fim do exercício	571.898	353.739	701.775	454.634
Aumento	218.159	134.896	247.141	231.600
REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	(104.929)	(21.034)	(133.766)	(122.077)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

RIO GRANDE ENERGIA S.A. E CONTROLADA
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002 E DE 2001
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação mencionado na nota nº. 12)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Rio Grande Energia S.A., sociedade anônima de capital aberto, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, autorizada a operar nas Regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio Grande do Sul, tendo sido constituída em 28 de julho de 1997, sob a denominação de Companhia Norte-Nordeste de Distribuição de Energia Elétrica – CNNDEE, privatizada em 21 de outubro de 1997 e sua razão social foi alterada para Rio Grande Energia S.A. naquele ano.

O objetivo social da Companhia é realizar estudos, projetos, construções e operações de usinas produtoras e linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica e desenvolver atividades associadas à prestação de serviços de energia elétrica. Atualmente, as operações da Companhia se concentram na exploração da concessão de distribuição de energia elétrica.

2 DA CONCESSÃO

Em 6 de novembro de 1997, a Companhia e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL assinaram o Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica nº. 13/97, o qual regulamenta a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica, com tecnologia adequada e métodos que garantam a prestação do serviço, na sua área de concessão. O prazo de duração da concessão é de 30 anos, a partir da data da assinatura do contrato.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e as notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, com as normas específicas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM e normas aplicáveis às concessionárias do serviço público de energia elétrica estabelecidas pelo Poder Concedente, representado, atualmente, pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, consoante as principais práticas contábeis descritas na nota explicativa nº. 4.

A Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo, através da Resolução nº. 444, de 26 de outubro de 2001, o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, o qual contém o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas e financeiras, resultando em importantes alterações na forma de divulgação e apresentação.

4 SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Práticas contábeis específicas

Registro das operações de compra e venda de energia no Mercado Atacadista de Energia – MAE – as compras (custo da energia comprada) e as vendas (receitas de suprimento) estão reconhecidas pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas pelo Mercado Atacadista de Energia – MAE.

Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela “A”) – CVA – está representada pela parcela de variação dos custos com a distribuição de energia elétrica definidos pela ANEEL como não-gerenciáveis e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia. Essas parcelas são atualizadas com base na taxa de juros SELIC até a data do balanço e apropriadas ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário repassado aos consumidores.

Encargos financeiros e efeitos inflacionários – em função do disposto nas Diretrizes Gerais e Contábeis nº. 6.3.10.4, do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Instrução CVM nº. 193, de 11 de julho de 1996, os juros e demais encargos financeiros, incluindo efeitos inflacionários e cambiais do exercício, relativamente aos financiamentos obtidos de terceiros, para a aplicação no imobilizado em curso, foram transferidos do resultado para custo desse ativo.

Custos indiretos de obras em andamento – mensalmente, parte dos gastos da Administração Central é apropriada às imobilizações em curso, mediante rateio dos gastos diretos com pessoal e mão-de-obra de terceiros, e registrada nas obras em curso.

b) Práticas contábeis gerais

Aplicações financeiras – incluem aplicações financeiras de renda fixa que são registradas ao custo, acrescido dos respectivos rendimentos auferidos até a data do balanço e reduzido ao valor de mercado, se necessário.

Consumidores e revendedores – as contas a receber incluem os valores faturados e a receita referente à energia fornecida e não faturada.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa – está constituída em valor considerado suficiente pela Administração da Companhia para cobrir as possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança dos créditos.

Estoques – são avaliados e registrados ao custo histórico médio. Os materiais destinados à construção são classificados como imobilizações em curso.

Investimentos – estão registrados pelo custo de aquisição e, quando aplicável, ajustados ao valor de mercado. O investimento em controlada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial. O valor correspondente ao passivo a descoberto da controlada está registrado no exigível a longo prazo como “Provisão para passivo a descoberto da controlada”.

Imobilizado – está registrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação calculada com base em taxas que refletem a vida econômica útil dos bens, divulgados na nota explicativa nº. 11.b.

Diferido – é composto do ágio da aquisição da Companhia e gastos com implantação de sistemas, os quais estão sendo amortizados no prazo de 10 anos. Inclui ainda, a variação cambial diferida de obrigações e créditos, de acordo com a Medida Provisória nº. 03, de 26 de setembro de 2001 e Deliberações CVM nºs. 404 e 409, de 27 de setembro de 2001 e 1º de novembro de 2001, respectivamente.

Empréstimos e financiamentos – são atualizados pela variação monetária ou cambial e juros, determinada em cada modalidade, incorridos até a data do balanço.

Plano de pensão – a obrigação futura estimada com base na avaliação atuarial, preparada anualmente por atuários independentes, para cobrir os gastos com contribuições para o fundo de pensão dos funcionários é registrada mensalmente com base em percentual estabelecido pelos atuários aplicado sobre a folha de pagamento. Conforme permitido pela Deliberação CVM nº. 371, de 13 de dezembro de 2000, a Companhia optou pelo reconhecimento do passivo atuarial inicial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006.

Contribuição social e imposto de renda – estão calculados conforme normas estabelecidas para as empresas com apuração que têm como base o Lucro Real. A Companhia constitui créditos fiscais sobre a base negativa de contribuição social, prejuízos fiscais e provisões temporariamente não dedutíveis.

Prejuízo por ação – está determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

c) Práticas contábeis para consolidação

Os principais procedimentos de consolidação consideram:

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas controladora e controlada, assim como as receitas e despesas das transações entre estas; e,
- eliminação da participação no capital e prejuízo do exercício da empresa controlada.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Tipo de aplicação	Taxa média	Controladora		Consolidado	
		2002	2001	2002	2001
CDB - DI e LFT	100,0% do CDI	2.029	29.746	2.029	29.746
CDB - DI	102,3% do CDI	40.000	-	40.000	254
Total		42.029	29.746	42.029	30.000



6 CONSUMIDORES E REVENDEDORES

	Saldo				Provisão para devedores duvidosos		Saldo		
	Vincendos	Vencidos		Total 2002	Total 2001	2002	2001	2002	2001
		até 90 dias	mais de 90 dias						
Consumidores									
Residencial	28.175	9.894	6.040	44.109	34.405	(6.020)	(3.293)	38.089	31.112
Industrial	20.538	6.262	4.080	30.880	18.627	(2.516)	(2.520)	28.364	16.107
Comercial e serviços	14.273	4.992	4.189	23.454	16.764	(3.246)	(2.657)	20.208	14.107
Rural	6.346	823	243	7.412	5.716	(99)	(124)	7.313	5.592
Poder público	4.225	3.040	2.579	9.844	6.767	-	-	9.844	6.767
Iluminação pública	10.186	4.562	23.719	38.467	31.030	-	-	38.467	31.030
Serviço público	2.858	3.018	267	6.143	3.931	-	-	6.143	3.931
Fornecimento não faturado	35.201	-	-	35.201	33.673	-	-	35.201	33.673
Subtotal - Consumidores	121.802	32.591	41.117	195.510	150.913	(11.881)	(8.594)	183.629	142.319
Revendedores	8.504	-	-	8.504	8.104	-	-	8.504	8.104
AES Uruguiana Ltda	16.774	-	-	16.774	29.996	-	-	16.774	29.996
Comercialização no MAE (*)	11.284	-	-	11.284	2.142	-	-	11.284	2.142
Acordo de reembolso de energia livre	11.026	-	-	11.026	-	-	-	11.026	-
Total dos consumidores e revendedores	169.390	32.591	41.117	243.098	191.155	(11.881)	(8.594)	231.217	182.561

(*) Vide nota explicativa n°. 24

AES Uruguaiana Ltda.

Os valores a receber da AES Uruguaiana Ltda., referem-se a contratos de fornecimento de energia elétrica, os quais estão em negociação entre as partes. Os montantes registrados pela Companhia representam a melhor estimativa de realização.

Créditos vencidos

- Consumidores residenciais, industriais, rurais, comerciais, serviços e outras atividades: para esses tipos de consumidores o saldo dos créditos em atraso é composto por diversos consumidores com valores individuais pequenos, sendo que o procedimento adotado pela Companhia é de, após aproximadamente 27 dias da conta em atraso, interromper o fornecimento de energia. O mesmo somente é reestabelecido após a quitação dos valores em atraso;
- Poder público, iluminação pública e serviço público: para esses tipos de consumidores os créditos em atraso estão concentrados em 16 prefeituras de grandes cidades, no montante de R\$ 21.710, correspondentes a 75,4% do saldo vencido, dos quais 11,1% possuíam precatórios. Para os saldos a receber em atraso a Companhia vem implementando renegociações e/ou parcelamentos, sempre condicionados aos recebimentos dos débitos vincendos. Devido à natureza destes consumidores, a Administração acredita que não haverá perdas significativas.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída considerando os seguintes principais critérios:

- para os créditos relevantes foram realizadas análises criteriosas considerando os prazos de vencimento, histórico de perdas, experiência da administração, existência de garantias reais, renegociação dos créditos e devedores em situação de concordata ou falência.
- para os demais créditos foi constituída provisão para cada classe de consumidor, de acordo com os prazos determinados no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Acordo de reembolso de energia livre (Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico)

A Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou que a parcela das despesas com a compra de energia no âmbito do MAE, denominada como “Energia Livre”, realizadas até dezembro de 2002, decorrentes da redução da geração de energia elétrica nas usinas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) e consideradas nos denominados contratos iniciais e equivalentes, serão repassadas aos consumidores finais, de forma proporcional ao consumo individual verificado. A Resolução ANEEL nº. 483, de 29 de agosto de 2002, homologou o montante relativo a compra de energia no âmbito do MAE a ser repassado para os consumidores. Porém, como quem arrecada não é quem faz jus à parcela de “Energia Livre”, foi elaborado, no âmbito do “Acordo Geral do Setor Elétrico”, o “Acordo de Reembolso de Energia Livre”, onde ficaram estabelecidos os compromissos de repasse da referida parcela para os seus credores, sendo os procedimentos operacionais para o referido repasse regulamentados pela Resolução ANEEL nº. 36, de 29 de janeiro de 2003. O montante divulgado pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE referente o ressarcimento de Energia Livre é de R\$ 11.026.

7 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2002	2001	2002	2001
Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis				
Acordo geral do setor elétrico - parcela "A"				
Custos de energia para revenda	19.067	21.565	26.215	10.785
Conta de consumo de combustível - CCC	4.619	6.121	6.351	3.060
Subtotal	23.686	27.686	32.566	13.845
Varição capturada no reajuste tarifário de 2002				
Custos de energia para revenda	2.617	7.651	-	3.824
Conta de consumo de combustível - CCC	674	1.037	-	518
Subtotal	3.291	8.688	-	4.342
Varição capturada para reajuste tarifário em 2003				
Custos de energia para revenda	48.226	-	24.114	-
Encargos de serviços de sistema - ESS	7.800	8.337	3.900	4.169
Subtotal	56.026	8.337	28.014	4.169
Outras despesas	122	5.918	-	2.879
Total	83.125	50.629	60.580	25.235

a) Conta de compensação de variação de itens dos custos não-gerenciáveis (parcela "A") – CVA

A partir de 26 de outubro de 2001, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizou o registro, em conta de despesas pagas antecipadamente, dos custos incorridos considerados não-gerenciáveis (parcela "A") que fazem parte do cálculo do índice de reajuste tarifário. Esses custos são registrados na "Conta de compensação de variação de itens da parcela "A" (CVA)" do ativo circulante e realizável a longo prazo, sendo atualizados pela taxa de juros SELIC e apropriados ao resultado consoante o faturamento realizado a partir do reajuste tarifário correspondente. Para os custos efetivamente pagos, do período de 26 de outubro de 2001 a 19 de março de 2002, foram repassados por meio do reajuste tarifário de 2002 e serão amortizados até abril de 2003. Os custos pagos a partir de 19 de março de 2002 serão repassados para as tarifas de fornecimento de energia elétrica e apropriados ao resultado do exercício nos 12 meses subsequentes ao reajuste tarifário de abril de 2003.

b) Impacto decorrente do Acordo Geral do Setor Elétrico

A Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, estendeu o tratamento dado às variações dos custos não gerenciáveis citados no parágrafo anterior para o período de 1º. de janeiro a 25 de outubro de 2001, sendo estes custos repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica através de aumento tarifário extraordinário, sem prejuízo do reajuste tarifário anual previsto no contrato de concessão. O montante líquido destes custos é de R\$ 54.317, homologado pela Resolução ANEEL nº. 482, de 29 de agosto de 2002, e será recuperado através do aumento extraordinário de 2,9% para os consumidores integrantes das classes, residencial, rural e iluminação pública (exceto para os consumidores integrantes da subclasse baixa renda) e de 7,9% para os demais consumidores. A Resolução ANEEL nº. 484, de 29 de agosto de 2002, fixou em 19 meses o prazo máximo de permanência do aumento extraordinário nas tarifas de fornecimento de energia elétrica para esta Companhia, a vigorar a partir de abril de 2003.

8 OUTROS CRÉDITOS

	Curto Prazo		Longo Prazo	
	2002	2001	2002	2001
Venda de imóveis a receber	1.422	2.144	-	-
Aluguéis a receber	1.393	1.198	-	-
Encargo de capacidade emergencial	3.596	-	-	-
Eficientização da iluminação pública	1.665	800	510	20
Reserva global de reversão - RGR	1.968	-	-	-
Enquadramento residencial baixa renda	7.298	-	-	-
Crédito ICMS sobre imobilizado	-	-	5.985	3.070
Outros	1.304	1.165	-	-
Total	18.646	5.307	6.495	3.090

Enquadramento residencial baixa renda

A Lei nº. 10.438, de 26 de abril de 2002, ampliou a possibilidade de enquadramento dos consumidores da subclasse residencial baixa renda, beneficiando-os com uma redução tarifária, conforme regulamentado pelas Resoluções ANEEL nºs. 246 e 485, de 30 de abril e 29 de agosto de 2002, respectivamente. Dessa forma ocorreu uma redução no faturamento anual da Companhia, que foi compensado pela contabilização de uma receita de igual valor, conforme determinado no Ofício Circular nº. 155/2003-SFF/ANEEL, de 24 de janeiro de 2003. O montante desta receita é de R\$ 7.298, e será recuperado através de subvenção econômica custeada por recursos financeiros oriundos do Governo Federal, conforme dispõe a Lei nº. 10.604, de 17 de dezembro de 2002.

9 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Representam os créditos compensáveis com lucros tributáveis futuros calculados sobre provisões temporariamente não dedutíveis, prejuízos fiscais e sobre a base negativa da contribuição social, controlados na Parte "B" do LALUR, como segue:

- a) Apuração do imposto de renda e contribuição social diferidos para os exercícios de 2002 e 2001:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(98.681)	(20.223)
Resultado da equivalência patrimonial	63.514	23.390
(Receitas) despesas excluídas/adicionadas permanentemente	(2.212)	(4.129)
Resultado tributável	<u>(37.379)</u>	<u>(962)</u>
Contribuição social (alíquota de 9,0%)	3.364	87
Imposto de renda (alíquota de 25,0%)	9.345	240
Realização da provisão para ajuste dos créditos fiscais	-	3.661
Receita de imposto de renda e contribuição social	<u>12.709</u>	<u>3.988</u>

- b) Apuração dos créditos fiscais diferidos em 31 de dezembro de 2002 e 2001:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	151.537	118.534
Contas a pagar de aposentadorias incentivadas	27.027	28.695
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.881	8.594
Provisão para contingências	16.589	17.387
Provisão para outras contas a pagar	<u>6.836</u>	<u>3.281</u>
Base de cálculo dos créditos fiscais diferidos	<u>213.870</u>	<u>176.491</u>
Alíquota aplicável (imposto de renda e contribuição social)	<u>34,0%</u>	<u>34,0%</u>
Total do crédito fiscal	<u>72.716</u>	<u>60.007</u>

c) Estimativa de realização dos créditos fiscais:

	Estimativa de realização	Créditos a realizar
Exercício 2003	-	-
Exercício 2004	8,8%	6.399
Exercício 2005	13,4%	9.744
Exercício 2006	12,9%	9.380
Exercício 2007	15,4%	11.198
Exercício 2008	21,7%	15.780
Exercício 2009	27,1%	19.706
Exercício 2010	0,7%	509
Total da estimativa de realização dos créditos fiscais	100,0%	72.716

A estimativa de realização dos créditos fiscais demonstrados refere-se a Controladora, e foi elaborada de acordo com as projeções orçamentárias, realizadas segundo premissas do planejamento estratégico da Companhia, considerando, dentre outros, expectativas macroeconômicas, operacionais e de mercado, devidamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Para a Controlada Sul Geradora Participações S.A. não foi contabilizado imposto de renda e contribuição social diferidos sobre as provisões temporariamente não dedutíveis e prejuízos fiscais, controlados na Parte “B” do LALUR, e sobre a base negativa da contribuição social, no montante aproximado de R\$ 38.000.

10 INVESTIMENTOS

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Bens e direitos para uso futuro	589	1.446
Outros investimentos	940	940
Total	<u>1.529</u>	<u>2.386</u>

Investimento em controlada

A controlada integral, Sul Geradora Participações S.A., constituída em 6 de abril de 2000, tem por objeto a participação no capital de outras sociedades e atividades de importação, exportação e comercialização de produtos agrícolas. A única operação realizada pela controlada refere-se a captação do empréstimo junto ao BankBoston mencionado na nota nº. 14.

	Sul Geradora	
	Participações S.A.	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Quantidades de ações do capital social	1.000	1.000
Quantidades de ações de propriedade da Companhia	1.000	1.000
Percentual de participação	100,0%	100,0%
Passivo a descoberto	R\$ (113.620)	(50.106)
Prejuízo líquido do exercício	R\$ (63.514)	(23.390)

	Efeitos na controladora	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Resultado da equivalência patrimonial	R\$ (63.514)	(23.390)
Provisão para passivo a descoberto	R\$ 113.620	50.106

Em função da controlada Sul Geradora Participações S.A. ter apurado prejuízos nos últimos exercícios, e por conseqüência apresentar passivo a descoberto, a Companhia constituiu a correspondente provisão no passivo exigível a longo prazo.

11 IMOBILIZADO

a) Composição dos saldos:

	Taxas anuais médias de depreciação	2002		2001	
		Custo	Depreciação e amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	4,6%	1.201.581	(544.751)	656.830	655.628
Comercialização	4,6%	89.588	(33.689)	55.899	53.245
Administração	6,5%	29.355	(6.676)	22.679	20.077
		1.320.524	(585.116)	735.408	728.950
Em curso					
Distribuição		35.318	-	35.318	33.154
Comercialização		264	-	264	278
Administração		658	-	658	1.659
		36.240	-	36.240	35.091
Subtotal		1.356.764	(585.116)	771.648	764.041
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica				(69.509)	(63.694)
Total líquido				702.139	700.347

b) Taxas de depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear às taxas de 4,0% para edificações, obras civis e benfeitorias; 2,0% a 10,0% para máquinas e equipamentos relacionados com as linhas de distribuição; 2,0% para reservatórios, barragens e adutoras; e 10,0% e 20,0% para os demais equipamentos. A partir de janeiro de 2000, de forma a atender à Resolução n°. 002/97, atualizada pela Resolução n°. 44/99, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a Companhia passou a utilizar as novas taxas anuais de depreciação.

c) Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Referem-se a contribuições do consumidor e representam recursos recebidos para possibilitar à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

Em caso de liquidação da Companhia, essas contribuições representariam parcelas a serem revertidas à União.

d) Dos bens vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº. 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo os mesmos serem retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº. 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

e) Remuneração de capital de terceiros aplicados em obras

Os juros e demais encargos financeiros, decorrentes dos financiamentos, contraídos para financiar ativos, foram transferidos para o custo das respectivas imobilizações em curso, afetando o resultado, como segue:

	Controladora	
	2002	2001
Encargos financeiros contabilizados no resultado	74.829	26.447
Transferências para o imobilizado em curso	-	(6.088)
Líquido	<u>74.829</u>	<u>20.359</u>
Variações monetárias contabilizados no resultado	29.819	42.408
Transferências para o imobilizado em curso	-	(2.070)
Líquido	<u>29.819</u>	<u>40.338</u>
Total das transferências	<u>-</u>	<u>(8.158)</u>

12 DIFERIDO

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Gastos com implantação de sistemas e outros	23.510	23.094	23.510	23.094
Ágio na incorporação da controladora	1.120.267	1.120.267	1.120.267	1.120.267
Amortização acumulada	(507.684)	(393.710)	(507.684)	(393.710)
Variação cambial diferida em 2001	-	-	76.866	76.866
Amortização da variação cambial diferida	-	-	(49.285)	(19.216)
Total	636.093	749.651	663.674	807.301

Gastos com implantação de sistemas

Os gastos com implantação de sistemas e outros referem-se, em sua maioria, às despesas com a implantação do novo sistema administrativo/financeiro e está sendo amortizado pelo período de 10 anos.

Ágio na incorporação da controladora

Em 13 de julho de 1998, a Companhia incorporou sua controladora DOC 3 Participações S.A.. O ágio pago pela DOC 3 Participações registrado na Companhia está fundamentado na expectativa de resultado futuro, calculado através da metodologia do fluxo de caixa descontado, cujos resultados projetados prevêem amortizações lineares de 10,0% a.a.. O valor do ágio amortizado no exercício de 2002 foi de R\$ 112.027.

Os benefícios futuros decorrentes da amortização do ágio ao longo do prazo de amortização são estimados em, aproximadamente, 34,0% do montante anualmente amortizado.

Variação cambial

A controlada, Sul Geradora Participações S.A., exercendo permissão contida na Medida Provisória nº. 03, de 30 de setembro de 2001, e Deliberações CVM nºs. 404 e 409, de 27 de setembro e 1º. de novembro de 2001, respectivamente, registrou em conta de ativo diferido o resultado da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001. O valor diferido será amortizado linearmente, e registrado em conta própria do resultado, em até 4 anos, a partir do exercício de 2001, inclusive. Verificando-se a liquidação parcial ou total do passivo, pelo pagamento ou pela conversão em capital, ou, ainda, verificando-se a recuperação das perdas diferidas mediante a existência de ganhos decorrentes de alterações nas taxas de câmbio, o ativo diferido cambial deverá ser amortizado, total ou parcialmente, na mesma proporção da liquidação, conversão ou ganhos ocorridos. Caso a Companhia tivesse optado por não efetuar o diferimento da perda cambial líquida apurada durante o exercício de 2001, o ativo diferido (Consolidado) e o patrimônio líquido (Controladora e Consolidado) estariam diminuídos em R\$ 27.581 para o ano de 2002 (R\$ 57.650 para o ano de 2001), a provisão para passivo a descoberto (Controladora) estaria aumentada em R\$ 27.581 para o ano de 2002 (R\$ 57.650 para o ano de 2001) e o prejuízo do exercício (Controladora e Consolidado) e o prejuízo por ação (Controladora) estariam diminuídos em R\$ 30.069 e R\$ 0,039 respectivamente, para o ano de 2002 (aumento em 2001 de R\$ 57.650 e R\$ 0,074 respectivamente).

13 FORNECEDORES

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Supridores de energia elétrica		
ELETROSUL - Repasse de ITAIPU	28.584	24.542
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE	4.462	4.751
Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE	4.965	5.453
Tractebel Energia	17.109	16.002
AES Uruguaiana	21.232	15.285
Outros supridores de energia	9.042	9.786
Total dos supridores de energia	85.394	75.819
Comercialização no MAE (*)	33.696	25.813
Encargos de serviços de sistema - ESS (*)	9.072	12.506
Materiais e serviços	9.710	9.634
Total Fornecedores	137.872	123.772

(*) Vide nota explicativa nº. 24

14 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

					CONTROLADORA					
					2002			2001		
Indexador	Vencimento inicial	Vencimento final	% de Juros a.a.	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	
BRDE	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	20.686	63.220	83.906	14.911	65.172	80.083
Fundação ELETROCEEE	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.423	20.794	23.217	2.153	20.628	22.781
Consumidores-pessoas físicas	-	-	-	-	9.819	2.358	12.177	23	11.097	11.120
Consumidores-pessoas jurídicas	IGPM	-	-	-	6	6	12	26	12	38
Financiamento IBM	US\$	-	-	14,0	-	-	-	46	-	46
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,0	16.888	62.316	79.204	16.214	75.420	91.634
BNDES - impactos do acordo geral do setor	SELIC	15.03.03	15.02.08	1,0	22.959	37.396	60.355	-	-	-
Eletrobrás	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	1.545	4.069	5.614	1.512	3.997	5.509
Instituições financeiras	109,3% CDI	31.01.03	07.06.03	-	83.835	-	83.835	-	-	-
Total					158.161	190.159	348.320	34.885	176.326	211.211

					CONSOLIDADO					
					2002			2001		
Indexador	Vencimento inicial	Vencimento final	% de Juros a.a.	Curto prazo	Longo prazo	Total	Curto prazo	Longo prazo	Total	
BRDE	IGPM	31.08.97	30.09.06	12,0	20.686	63.220	83.906	14.911	65.172	80.083
Fundação ELETROCEEE	INPC/TR	31.08.97	31.07.12	9,0	2.423	20.794	23.217	2.153	20.628	22.781
Consumidores-pessoas físicas	-	-	-	-	9.819	2.358	12.177	23	11.097	11.120
Consumidores-pessoas jurídicas	IGPM	-	-	-	6	6	12	26	12	38
Financiamento IBM	US\$	-	-	14,0	-	-	-	46	-	46
BNDES - FINEM	TJLP	15.12.99	15.09.07	3,5 a 4,0	16.888	62.316	79.204	16.214	75.420	91.634
BNDES - impactos do acordo geral do setor	SELIC	15.03.03	15.02.08	1,0	22.959	37.396	60.355	-	-	-
Eletrobrás	RGR	30.05.00	30.08.07	6,0 a 9,0	1.545	4.069	5.614	1.512	3.997	5.509
Instituições financeiras	109,3% CDI	31.01.03	07.06.03	-	83.835	-	83.835	-	-	-
"Trade Finance" - líquido de "Swap"	US\$	28.08.00	27.07.05	Libor + 4,7	129.549	270.020	399.569	99.726	352.701	452.427
Total					287.710	460.179	747.889	134.611	529.027	663.638

- O empréstimo junto ao BRDE refere-se a contrato de abertura de crédito, assumido pela Companhia no processo de cisão e privatização da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia da Companhia.
- O empréstimo junto à Fundação ELETROCEEE refere-se a contrato de confissão de dívida, assumido pela Companhia em decorrência do desmembramento do contrato total com a Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE. As amortizações são mensais e como garantia foi oferecida a arrecadação de venda de energia.
- O empréstimo denominado de “Consumidores Pessoas Físicas”, refere-se a valores adiantados pelos consumidores para construção de infra-estrutura de fornecimento de energia elétrica. Esses valores são devolvidos em quatro anos a partir da data de conclusão da instalação.
- O empréstimo junto ao BNDES tem como finalidade principal o investimento na expansão e melhoria do sistema elétrico da Companhia. As amortizações são mensais, e foi oferecido como garantia a arrecadação da venda de energia. Adicionalmente em novembro e dezembro de 2002, o BNDES liberou o financiamento referente ao “Programa Emergencial e Excepcional de Apoio Financeiro às Concessionárias de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica”, correspondente a aproximadamente 90,0% dos impactos decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, conforme previsto na Lei nº. 10.438 de 26 de abril de 2002, tendo como garantias:
 - a arrecadação de venda de energia equivalente a 5,6% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS, para o montante de R\$ 48.885 liberado em novembro de 2002;
 - a arrecadação de venda de energia equivalente a 0,4% do faturamento bruto mensal, líquido do ICMS, para o montante de R\$ 9.631 liberado em dezembro de 2002.
- O empréstimo junto às instituições financeiras refere-se a financiamento do capital de giro e outras operações similares de curto prazo, tendo como garantias notas promissórias no montante de R\$ 61.167.
- O empréstimo “Trade Finance” refere-se a captação de recursos realizada em maio de 2000 pela Sul Geradora Participações S.A., através de operação de adiantamento de pré-exportação, no valor de US\$ 190.000 mil (R\$ 351.818), tendo como garantia da operação o aval da Rio Grande Energia S.A. e cartas de fianças. O pagamento de juros é trimestral e a amortização do principal se dará entre 2002 e 2005.

As parcelas de longo prazo desses empréstimos vencem como seguem:

Ano do vencimento	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
2003	-	34.332	-	144.550
2004	72.354	35.561	195.997	145.780
2005	45.338	37.183	191.715	169.401
2006	41.255	33.922	41.255	33.922
2007	17.423	22.072	17.423	22.118
Após 2007	13.789	13.256	13.789	13.256
Total	190.159	176.326	460.179	529.027

15 TAXAS REGULAMENTARES

	2002	2001
Reserva global de reversão - RGR	3.218	3.104
Taxa de fiscalização - ANEEL	147	158
Conta consumo de combustível - CCC	4.013	4.452
Total	7.378	7.714

A reserva global de reversão (RGR) é um fundo de reserva gerenciado pela Eletrobrás, como órgão do Governo Federal, designado para prover fundos para pagamentos aos concessionários, até a expiração de suas concessões, data em que a Companhia será reembolsada pelo valor do ativo permanente líquido, registrado nos livros. Em 3 de janeiro de 1996, o Decreto n.º 1.771 instituiu a taxa de RGR de 2,5% do imobilizado em serviço, limitado a 3,0% do total da receita operacional bruta, deduzida do ICMS.

A conta consumo de combustível (CCC) é uma contribuição feita pela Companhia para financiar o custo do combustível utilizado nos processos de operações de energia termoeletrica no sistema energético brasileiro.

16 CONTAS A PAGAR DE APOSENTADORIAS INCENTIVADAS

Por força do edital de privatização, a Companhia é responsável pelo pagamento do benefício de complementação da aposentadoria por tempo de serviço que tenha sido concedida pelo INSS aos participantes da Fundação ELETROCEEE, os quais não tenham ainda cumprido todos os requisitos para a obtenção do benefício. Dessa forma, a Companhia provisionou os valores, decorrentes de cálculo atuarial, dos compromissos futuros relativos às complementações salariais a serem pagas aos participantes ou repassados à Fundação ELETROCEEE, ajustados ao valor presente pela taxa de 12,0% a.a., cujas provisões estão demonstradas a seguir:

Descrição	2002				
	Valor bruto	Ajuste a		Saldo	Saldo
	original	valor	líquido	longo	curto
Complemento de aposentadoria	35.370	(11.208)	24.162	18.508	5.654
Contribuição à fundação	4.194	(1.329)	2.865	2.194	671
Total	39.564	(12.537)	27.027	20.702	6.325

Descrição	2001				
	Valor bruto	Ajuste a		Saldo	Saldo
	original	valor	líquido	longo	curto
Complemento de aposentadoria	38.813	(13.182)	25.631	20.114	5.517
Contribuição à fundação	4.639	(1.575)	3.064	2.404	660
Total	43.452	(14.757)	28.695	22.518	6.177

O saldo do complemento de aposentadoria - longo prazo vence conforme segue:

Ano do vencimento	2002		
	Complemento de aposentadoria	Contribuição à fundação	Total
2004	4.680	555	5.235
2005	3.749	445	4.194
2006	2.969	352	3.321
2007	2.311	274	2.585
Após 2007	4.799	568	5.367
Total	18.508	2.194	20.702

17 PLANO PREVIDENCIÁRIO

A Companhia é co-patrocinadora da Fundação CEEE de Seguridade Social – ELETROCEEE com participação de 4,8% no seu patrimônio, a qual tem como objetivo principal a suplementação dos benefícios previdenciários dos participantes.

O plano de suplementação é do tipo “benefício definido”, com regime financeiro de capitalização, tendo sido realizada a sua última revisão atuarial por empresa independente, nas datas-base de 31 de dezembro de 2002 e 2001, com emissão do parecer atuarial em 17 de fevereiro de 2003 e 19 de fevereiro de 2002, respectivamente, demonstrando a seguinte posição:

2002	
Total geral da fundação ELETROCEEE	Parte proporcional RGE
Reservas matemáticas	
Benefícios concedidos – funcionários aposentados	14.241
Benefícios a conceder – funcionários em atividade	64.167
Reserva a amortizar	(15.157)
	<hr/>
	1.497.502
Déficit (superávit) técnico	(12.504)
Total das reservas técnicas	<hr/>
	70.675
Total dos ativos	<hr/> <hr/> 70.675

2001	
Total geral da Fundação ELETROCEEE	Parte proporcional RGE
Reservas matemáticas	
Benefícios concedidos – funcionários aposentados	11.787
Benefícios a conceder – funcionários em atividade	56.357
Reserva a amortizar	(13.418)
	<hr/>
	54.726
Superávit técnico	63.798
Total das reservas técnicas	<hr/>
	62.996
Total dos ativos	<hr/> <hr/> 62.996

As patrocinadoras são responsáveis pela cobertura dos déficits apurados no plano de benefício da Fundação e conforme o § 2º. da Cláusula XXII do Regulamento da Fundação CEEE, a contribuição da patrocinadora será equivalente à totalidade das contribuições vertidas pelos participantes em um mesmo período.

O custo anual para a Companhia, incluindo todas as suas contribuições, foi como segue:

	<u>2002</u>	<u>2001</u>
Despesa administrativa	101	140
Outras	28	74
Contribuição normal	1.144	1.177
Contribuição suplementar	797	711
Total	<u>2.070</u>	<u>2.102</u>

A Companhia procedeu, através de empresa atuarial independente, a abertura do referido plano de acordo com a Deliberação CVM n.º. 371, de 13 de dezembro de 2000, optando pelo reconhecimento do passivo atuarial no resultado ao longo dos exercícios de 2002 a 2006, ou pelo tempo de serviço ou de vida remanescente dos empregados se estes forem menores. Durante o ano de 2002 a Companhia registrou no resultado o montante de R\$ 3.369, pelo reconhecimento da parcela de passivo atuarial correspondente a este exercício.

Demonstrativo do passivo atuarial de acordo com Deliberação CVM n.º. 371:

	<u>2002</u>
Total das obrigações atuariais	67.091
Obrigações atuariais reconhecidas	(50.244)
Apropriação em 2002 referente Deliberação CVM n.º. 371	(3.369)
Saldo das obrigações atuariais a serem reconhecidas até 2006	<u>13.478</u>

Principais premissas atuariais utilizadas:

- taxa de juros (desconto) para avaliação do custo do serviço corrente e da obrigação atuarial total: 9,4% a.a.;
- taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano: 9,4% a.a.;
- taxa de crescimento salarial: 6,4% a.a.;
- índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada: 3,2% a.a.;
- taxa de rotatividade: considerada nula;
- tábua geral de mortalidade: AT-83;
- tábua de entrada em invalidez: Light-Média (ix);
- tábua de mortalidade de inválidos: AT-49 (qix);
- tábua de mortalidade de ativos: obtida pelo método de Hamza a partir dos valores adotados para qx/ix/qix;
- método de avaliação atuarial: método da unidade de crédito projetada.

18 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
ICMS	14.155	23.327	14.155	23.327
PIS	333	624	333	645
COFINS	3.250	2.878	3.250	2.976
Contribuição social sobre o lucro	-	41	-	41
Imposto de renda pessoa jurídica	-	130	-	130
Outras	1.292	1.029	1.292	1.029
Total	19.030	28.029	19.030	28.148

19 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Todos os processos que configuram contingências prováveis estão suficientemente provisionados, segundo avaliação dos consultores jurídicos da empresa e dos administradores. No processo de análise das causas foi considerada a real configuração de contingência, avaliado o risco financeiro envolvido e provisionado os valores que provavelmente podem afetar o patrimônio da Companhia.

Abaixo demonstramos a situação das contingências, bem como os riscos financeiros envolvidos e os valores provisionados:

Natureza	2002					2001		
	Total	Remota	Possível	Provável	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
Ambiental	19	-	-	19	-	-	-	-
Trabalhista	32.518	10.238	18.698	3.582	3.582	3.808	3.944	2.445
* Cível	23.281	2.807	18.860	1.614	-	-	-	-
Tributária	22.596	-	22.429	167	21.222	4.080	22.158	4.062
Total	78.414	13.045	59.987	5.382	24.804	7.888	26.102	6.507

* Existe cobertura de seguros no montante de R\$ 6.000.

Dos processos em análise, constata-se a existência de causas de natureza: (i) trabalhista, (ii) cível, (iii) tributária e (iv) ambiental, das quais podemos citar o que segue:

- (i) o total das causas na esfera da justiça do trabalho somam 3.264 processos, os quais versam sobre direitos trabalhistas, tais como: adicional de horas extras, adicional de periculosidade, indenização por sobreaviso, reconhecimento da relação de emprego e

férias, dentre outras. Do total das reclamações na justiça do trabalho, cerca de 97,1% são provenientes de ex-funcionários da Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE, os quais nunca trabalharam na Companhia ou tiveram seus contratos transferidos. Para as demais causas, 0,3% são oriundas de funcionários contratados pela Companhia e 2,6% advêm de reclamações ajuizadas por terceirizados.

- (ii) as causas cíveis versam sobre as seguintes reclamações: danos em aparelhos causados pelas redes elétricas, ilegalidade de majoração de tarifa, pedido de indenização por corte de luz, devolução de valores pagos a maior na época do Plano Cruzado, anulação de débitos cobrados com base em recuperação do consumo, indenização por danos em geral causados na rede elétrica, entre outras. Constituem-se em um total de 776 ações, sendo que aproximadamente 75 são consideradas relevantes. A Companhia mantém para fins de cobertura de risco de responsabilidade civil, apólice de seguro com cobertura de até R\$ 6.000.
- (iii) dentre as principais causas tributárias, a qual a Companhia faz parte, destacamos:
- autuação do INSS sobre responsabilidade solidária relativo a prestadores de serviços em obras, ainda em fase pericial;
 - autuação da SRF relativo a ausência de recolhimento de multa de ofício em denúncia espontânea para pagamento de PIS/COFINS, sendo que o processo está em fase de julgamento de recurso;
 - pedido de suspensão da eficácia das decisões da SRF para considerar a dedutibilidade, para fins de apuração de imposto de renda e contribuição social, dos valores relativos a complementação de aposentadoria a empregados aposentados da Companhia (beneficiários da Fundação ELETROCEEE), sendo que o processo está em fase de julgamento de recurso.
- (iv) os processos ambientais versam sobre eventuais cortes ilegais de árvores procedidos pela Companhia devido a riscos para as redes de energia e consumidores.

20 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social da Companhia está representado por 775.425.823 ações, sendo 630.688.323 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, e 144.737.500 ações preferenciais. A Companhia possui em tesouraria 444.836 ações ordinárias de sua própria emissão, adquiridas no exercício de 1998, pelo preço médio de R\$ 1,08 por ação. Essas ações têm por objetivo a futura alienação ou cancelamento.

As ações preferenciais apresentam as seguintes características:

- não tem direito a voto;
- fazem jus ao recebimento de dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão, o qual poderá ser pago à conta de reserva de capital, nos termos do disposto no artigo 17, parágrafo 6º. da Lei nº. 6.404/76;

- são ações resgatáveis em até 15 anos, conforme conveniência da Companhia, podendo ser utilizada verba contabilizada em reserva de capital para o pagamento conforme previsto no artigo 44 da Lei nº. 6.404/76;
- o resgate das ações preferenciais será efetuado pelo preço de emissão das ações, atualizado, desde a data de sua integralização até a data do efetivo pagamento do resgate, pela aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP acrescida de um “spread” de 1,5% a.a., ambos calculados *pro rata die*, deduzidos os dividendos pagos. O preço das ações atualizado até 31 de dezembro de 2002, conforme critério acima exposto, é de R\$ 514.904 (R\$ 549.752 em 2001).

A composição acionária da Companhia é como segue:

Acionistas	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Cia. Paulista de Força e Luz	422.807.018	67,0	96.491.667	66,7	519.298.685	67,0
Ipê Energia S.A.	204.698.263	32,5	48.245.833	33,3	252.944.096	32,6
521 Participações S.A.	50.000	-	-	-	50.000	-
VBC Energia S.A.	49.999	-	-	-	49.999	-
Conselho de administração	1.018	-	-	-	1.018	-
Ações em tesouraria RGE	444.836	0,1	-	-	444.836	0,1
Outros	2.637.189	0,4	-	-	2.637.189	0,3
Total das ações	630.688.323	100,0	144.737.500	100,0	775.425.823	100,0

O valor patrimonial da ação, por grupo de mil, em 31 de dezembro de 2002 é de R\$ 903,54 (R\$ 1.111,47 em 31 de dezembro de 2001).

21 DIVIDENDOS

O estatuto prevê a distribuição de dividendos mínimos aos acionistas, calculados em 25,0% do lucro líquido, observados os dividendos das ações preferenciais.

A Companhia está propondo a distribuição de dividendos sobre as ações preferenciais no montante de R\$ 75.263 (R\$ 0,52 por ação) referente ao dividendo fixo e cumulativo de 13,0% do exercício de 2002, calculado sobre o preço de emissão.

Conforme deliberação da AGE de 11 de dezembro de 2000, durante o mês de dezembro de 2000 foram resgatadas pela Companhia 5.262.500 ações preferenciais, correspondentes ao montante total de R\$ 21.050, mediante a utilização da reserva de capital existente no patrimônio líquido.

O dividendo fixo e cumulativo de 13,0% a.a. sobre o preço de emissão das ações preferenciais foi assim calculado:

	2002			2001		
	Quantidade de ações	Preço de emissão por lote de 1000 ações	Valor total	Quantidade de ações	Preço de emissão por lote de 1000 ações	Valor total
Base de cálculo	144.738	4	578.950	144.738	4	578.950
Dividendos - 13,0% a.a.			75.263			75.263
Dividendos de anos anteriores não distribuídos			137.111			62.691
Total dos dividendos a pagar			212.374			137.954

22 FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consumidores		GWh		RS	
	2002	2001	2002	2001	2002	2001
Consumidores						
Residencial	758.549	734.232	1.406	1.400	410.281	358.841
Industrial	29.069	27.018	2.412	2.337	372.723	324.634
Comercial	91.446	88.476	741	725	198.421	170.028
Rural	135.234	132.426	809	790	84.349	70.923
Poder público	9.824	9.698	105	103	28.027	23.788
Iluminação pública	247	263	234	234	33.799	29.826
Serviço público	1.388	1.352	179	175	30.818	26.507
Consumo próprio	82	88	1	2	-	-
Fornecimento faturado	1.025.839	993.553	5.887	5.766	1.158.418	1.004.547
Outros						
Fornecimento não faturado do exercício	-	-	-	-	35.201	33.673
Fornecimento não faturado do exercício anterior	-	-	-	-	(33.673)	(33.844)
Acordo de reemb.energia livre	-	-	-	-	11.026	-
Total fornecimento energia	1.025.839	993.553	5.887	5.766	1.170.972	1.004.376
Suprimento energia	7	7	438	639	20.376	43.376
Total fornecimento e suprimento	1.025.846	993.560	6.325	6.405	1.191.348	1.047.752

23 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

	Quantidade GWh		R\$	
	2002	2001	2002	2001
Fornecedores				
CEEE	920	905	39.655	35.460
CGTEE	753	741	40.081	39.809
ITAIPU	1.469	1.451	148.558	120.535
TRACTEBEL ENERGIA	2.961	2.913	152.741	133.093
AES URUGUAIANA	1.146	1.127	96.540	80.881
OUTROS	38	86	27.865	8.333
Subtotal	7.287	7.223	505.440	418.111
Varição de custos da parcela "A" - CVA	-	-	(60.085)	(32.271)
Total	7.287	7.223	445.355	385.840

24 COMPRA E VENDA DE ENERGIA ELÉTRICA DE CURTO PRAZO NO ÂMBITO DO MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA - MAE

Os montantes de compra e venda de energia e seus respectivos valores comercializados em 2001, no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, os quais haviam sido contabilizados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia, foram alteradas levando em consideração as informações disponibilizadas pela Administradora de Serviços do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – ASMAE datadas de 13 de março de 2002.

Para o exercício de 2002, os montantes e valores de compra e venda de energia foram provisionados com base em estimativas preparadas pela Administração da Companhia e ajustados quando divulgadas as diversas contabilizações efetuadas pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE.

A Companhia encerrou o exercício de 2002 com um contas a pagar de cerca de R\$ 31.484, líquido de um contas a receber de R\$ 11.284 (em 2001 com um contas a pagar de cerca de R\$ 38.319, e um contas a receber de R\$ 2.142). Estes montantes foram homologados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL em caráter provisório e receberam autorização para liquidação financeira parcial pelo Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE, fato ocorrido em 30 de dezembro de 2002. Os valores contabilizados e parcialmente liquidados pelo MAE estão sujeitos ao encerramento da auditoria independente e ao desfecho de ações judiciais movidas por agentes do mercado, ambas atualmente em curso. O montante liquidado parcialmente pela Companhia em 30 de dezembro de 2002 foi de R\$ 9.655.

25 DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Despesas com venda				
Pessoal	11.217	9.381	11.217	9.381
Material	622	552	622	552
Serviços de terceiros	8.273	7.663	8.273	7.663
Depreciação e amortização	3.748	5.160	3.748	5.160
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	3.287	2.800	3.287	2.800
Outros	3.203	472	3.203	472
	30.350	26.028	30.350	26.028
Despesas gerais e administrativas				
Pessoal	16.332	17.391	16.328	17.391
Administradores	562	600	562	603
Material	581	399	581	399
Serviços de terceiros	8.479	8.229	8.479	8.231
Depreciação e amortização	4.424	2.324	4.424	2.324
Outros	11.778	15.450	11.778	15.452
	42.156	44.393	42.152	44.400
Amortização de ágio	112.027	112.027	112.027	112.027
Total	184.533	182.448	184.529	182.455

26 PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2002</u>	<u>2001</u>	<u>2002</u>	<u>2001</u>
<u>Ativo</u>				
Aplicações				
Votorantim C.T.V.M. Ltda	17.973	5.333	17.973	5.665
<u>Passivo</u>				
Fornecedores				
CPFL - Companhia Paulista de Força e Luz - Distribuição	-	2.629	-	2.629
CBA - Companhia Brasileira de Alumínio	-	531	-	531
Operações de "swap"				
Banco Votorantim S.A.	-	-	(93.720)	1.695
Empréstimo de mútuo				
Sul Geradora Participações S.A.	259.085	345.132	-	-
<u>Resultado</u>				
Custo de operação - material	(74)	(183)	(74)	(183)
Rendimento aplicações financeiras	580	1.308	580	1.313
Receita (despesa) financeira - variação monetária "swap"	-	-	93.903	(1.695)
Despesa financeira - mútuos	(52.022)	(37.108)	-	-

O contrato de mútuo realizado com a Sul Geradora Participações S.A. está sujeito a encargos calculados até 31 de janeiro de 2002, com base na Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP mais juros de 1,5% a.a., e a partir de 1º de fevereiro de 2002, com encargos calculados com base em 105,0% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e prazo para amortização até outubro de 2007. Não existem garantias para este contrato.

27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e sua controlada mantêm operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão integralmente reconhecidas na contabilidade e restritas aos instrumentos a seguir relacionados:

a) Risco nas flutuações da taxa de câmbio

O resultado da Companhia é afetado significativamente pelo risco nas flutuações da taxa de câmbio, uma vez que sua subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., possui financiamento “Trade Finance”, captado em 26 de maio de 2000, no montante de US\$ 190.000 mil (vide nota explicativa nº. 14). Visando reduzir esse tipo de risco, a Companhia efetuou em janeiro de 2002 operações de “Swap” para troca do indexador,

taxa de juros e “spread” para CDI, dos montantes remanescentes do principal do financiamento “Trade Finance” vincendos além de 2002 os quais representam US\$ 152.000 mil. O instrumento financeiro cobre o risco da oscilação cambial da dívida através de um montante contratado de US\$ 127.934 mil, mais um cupom em dólar a ser recebido ao longo do prazo de vencimento da dívida, de tal forma que nas datas de vencimento os montantes em dólares, da dívida e do “Swap”, serão equivalentes. O crédito decorrente do cupom está reconhecido contabilmente de acordo com o rendimento auferido até a data de encerramento do balanço, tendo em vista a expressa intenção de não liquidação dos contratos de “Swap” antes dos respectivos prazos de vencimentos da dívida.

O método utilizado para determinação do valor justo das operações de “Swap” baseia-se na cotação de mercado à data do encerramento do balanço. A exposição líquida da subsidiária integral Sul Geradora Participações S.A., bem como os efeitos nas demonstrações do resultado foram os seguintes:

- Exposição líquida em 31 de dezembro de 2002 e de 2001:

	Valor contábil		Valor justo	
	2002	2001	2002	2001
Financiamento "Trade Finance"	540.270	442.767	540.270	442.767
Ajuste contratos de "Swap"	(140.701)	9.660	(33.210)	9.660
"Trade finance" - líquido de "Swap"	399.569	452.427	507.060	452.427
Valor a receber de contratos de "Swap" - líquido	(396.360)	(113.291)	(391.821)	(113.291)
Exposição líquida no final do exercício	3.209	339.136	115.239	339.136

- Efeitos no resultado durante o exercício:

	2002	2001
Variação cambial do "Trade Finance"	(196.964)	(68.951)
Encargos financeiros do "Trade Finance"	(33.022)	(41.741)
Ajustes contratos de "Swap"	149.357	(5.296)
Efeito líquido no resultado	(80.629)	(115.988)

A Companhia possui, também, em suas atividades operacionais, exposição de flutuação cambial na compra de energia, correspondente a R\$ 49.816 em 31 de dezembro 2002 (R\$ 39.827 em 31 de dezembro de 2001), entretanto, a sistemática atual de reajuste tarifário proporciona uma recuperação automática destes custos (conta de compensação), conforme detalhado na nota explicativa nº. 7.a.

b) Risco de crédito

A Companhia mantém uma política de avaliação rígida de risco de crédito para as instituições financeiras com as quais opera. Tal política enfatiza a classificação de risco por agências especializadas e pulverização das suas aplicações financeiras entre as várias instituições financeiras.

28 SEGUROS

Os principais ativos em serviço da empresa estão segurados por um montante global de R\$ 35.204 conforme as modalidades de risco e data de vigência demonstradas a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância segurada
Riscos nomeados - subestações	15/01/02 a 15/01/03	4.952
Riscos nomeados - lojas e depósitos	15/01/02 a 15/01/03	13.251
Riscos diversos	21/03/02 a 15/01/03	224
Responsabilidade civil	15/01/02 a 15/01/03	6.000
RCF - veículos	15/01/02 a 15/01/03	1.000
Transporte - exportação e importação	Indeterminada	9.777
Total		35.204

29 DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO SEGREGADO POR ATIVIDADE (Não Auditado)

	EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2002		
	Distribuição	Atividade não Vinculada	Consolidado
Receita operacional			
Fornecimento de energia elétrica	1.170.972	-	1.170.972
Suprimento de energia elétrica	20.376	-	20.376
Outras receitas operacionais	10.468	-	10.468
	1.201.816	-	1.201.816
Deduções da receita operacional			
ICMS	(233.198)	-	(233.198)
PIS	(8.877)	-	(8.877)
COFINS	(36.094)	-	(36.094)
Quota para RGR	(13.708)	-	(13.708)
	(291.877)	-	(291.877)
Receita operacional líquida	909.939	-	909.939
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	(445.355)	-	(445.355)
Encargo de uso do sistema de transmissão e distribuição	(62.746)	-	(62.746)
	(508.101)	-	(508.101)
Custo de operação			
Pessoal	(21.626)	-	(21.626)
Entidade de previdência privada	(642)	-	(642)
Material	(5.604)	-	(5.604)
Serviços de terceiros	(15.612)	-	(15.612)
Depreciação e amortização	(55.400)	-	(55.400)
Conta Consumo de Combustível - CCC	(50.426)	-	(50.426)
Outros custos de operação	(2.956)	-	(2.956)
	(152.266)	-	(152.266)
Lucro operacional bruto	249.572	-	249.572
Despesas operacionais			
Despesas com vendas	(30.350)	-	(30.350)
Despesas gerais e administrativas	(42.156)	4	(42.152)
Amortização de ágio	(112.027)	-	(112.027)
	(184.533)	4	(184.529)
Resultado do serviço	65.039	4	65.043
Resultado de participações societárias	(63.514)	-	-
Receita (despesa) financeira			
Renda de aplicações financeiras	2.911	11	2.922
Encargos de dívida - líquidos	(28.236)	(32.975)	(61.211)
Juros sobre mútuo	(46.593)	46.593	-
Variações monetárias - líquidas	(24.390)	(47.535)	(71.925)
Variações monetárias sobre mútuos	(5.429)	5.429	-
Outras receitas (despesas) financeiras	7.669	(35.041)	(27.372)
	(94.068)	(63.518)	(157.586)
Resultado operacional	(92.543)	(63.514)	(92.543)
Receita não operacional	2.223	-	2.223
Despesa não operacional	(8.361)	-	(8.361)
Prejuízo antes da contribuição social e imposto de renda	(98.681)	(63.514)	(98.681)
Contribuição social	3.364	-	3.364
Imposto de renda	9.345	-	9.345
Prejuízo líquido do exercício	(85.972)	(63.514)	(85.972)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES (Não auditado)

Em cumprimento às instruções contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estão sendo apresentadas as seguintes informações complementares:

a) Demonstração do valor adicionado

	Controlada	
	2002	2001
Receitas		
Receita de venda de energia e serviços	1.201.816	1.057.273
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.287)	(2.800)
Resultado não operacional	(6.138)	(284)
	1.192.391	1.054.189
Insumos		
Custo com energia elétrica	(508.101)	(441.123)
Serviços de terceiros	(32.363)	(28.591)
Material	(6.807)	(6.593)
Outros custos operacionais	(15.522)	(14.573)
	(562.793)	(490.880)
Valor adicionado bruto	629.598	563.309
Retenções		
Depreciação e amortização	(63.572)	(59.784)
Amortização de ágio	(112.027)	(112.027)
	(175.599)	(171.811)
Valor adicionado líquido	453.999	391.498
Valor adicionado transferido		
Resultado de participações societárias	(63.514)	(23.390)
Receitas financeiras	3.501	12.232
Outras receitas	14.477	9.474
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.709	3.988
	(32.827)	2.304
Valor adicionado a distribuir	421.172	393.802
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal	50.379	44.869
Impostos, taxas e contribuições	344.718	293.788
Despesas financeiras	112.047	71.380
Prejuízo líquido do exercício	(85.972)	(16.235)
	421.172	393.802
Valor adicionado (médio) por empregado	324	323

b) DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2002	2001	2002	2001
Atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	(85.972)	(16.235)	(85.972)	(16.235)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	175.691	171.811	175.691	171.811
Reversão de provisões de contingências	(2.393)	(1.229)	(2.393)	(1.229)
Resultado de participações societárias	63.514	23.390	-	-
Provisão para perdas	3.287	2.800	3.287	2.800
Baixas no ativo permanente	9.442	3.367	9.442	3.367
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(12.709)	(3.661)	(12.709)	(3.661)
Juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	75.226	50.168	271.320	116.104
Geração bruta de caixa	226.086	230.411	358.666	272.957
Variações no capital circulante e de longo prazo - líquidos				
(Aumento) redução do contas a receber de clientes	(51.943)	(54.124)	(51.943)	(54.124)
(Aumento) redução da conta de compensação - CVA	(76.516)	(67.067)	(76.516)	(67.067)
(Aumento) redução dos demais grupos do ativo	(16.314)	(23.875)	(16.716)	(24.511)
Aumento (redução) de fornecedores	14.100	54.249	14.100	54.249
Aumento (redução) dos tributos e contribuições sociais	(8.999)	3.028	(9.118)	3.028
Aumento (redução) dos demais grupos do passivo	22.978	3.170	(113.870)	40.319
	(116.694)	(84.619)	(254.063)	(48.106)
Geração operacional de caixa	109.392	145.792	104.603	224.851
Fluxos de caixa das atividades de investimentos e financiamentos				
Investimentos no ativo permanente	(78.325)	(85.205)	(78.325)	(162.070)
Contribuição e doação do consumidor	5.815	8.430	5.815	8.430
Pagamento de dividendos de ações preferenciais	(843)	(12.702)	(843)	(12.702)
Captações (pagamentos) de empréstimos e financiamentos	113.906	(19.745)	(19.631)	(62.607)
Pagamento de mútuos com partes relacionadas	(138.070)	(35.981)	-	(288)
	(97.517)	(145.203)	(92.984)	(229.237)
Geração líquida de caixa	11.875	589	11.619	(4.386)
Saldo das disponibilidades				
No início do período	39.408	38.819	39.682	44.068
No fim do período	51.283	39.408	51.301	39.682
Aumento (redução) nas disponibilidades	11.875	589	11.619	(4.386)

Continuação das demonstrações contábeis referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2002 e de 2001.

Sidney Simonaggio
Diretor Presidente

Vlamir Almeida Ramos
Diretor Administrativo-Financeiro e
de Relações com Investidores

João Alfredo Spada
Diretor de Operações

Joelson Barbosa Boeira
Contador – CRC/RS 056979/O-4

Parecer dos auditores independentes

07 de fevereiro de 2003

Aos Diretores e Acionistas da
Rio Grande Energia S.A.

- 1 Examinamos o balanço patrimonial da Rio Grande Energia S.A. e o balanço patrimonial consolidado da Rio Grande Energia S.A. e sua controlada em 31 de dezembro de 2002 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos da Rio Grande Energia S.A. e as correspondentes demonstrações consolidadas do resultado e das origens e aplicações de recursos do exercício findo nessa data, elaborados sob a responsabilidade da administração da companhia. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações financeiras.
- 2 Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos os aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e sua controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3 Conforme descrito na Nota Explicativa 12, a empresa controlada integral Sul Geradora Participações S.A. optou pelo registro no ativo diferido do valor decorrente das variações nas taxas de câmbio ocorridas no exercício de 2001, computadas sobre as obrigações em moeda estrangeira. As práticas contábeis adotadas no Brasil, requerem que os efeitos de flutuações nas taxas de câmbio sejam reconhecidos no resultado do exercício em que ocorreram. Como consequência desse procedimento adotado pela empresa controlada integral, o ativo diferido (consolidado) e o patrimônio líquido (controladora) estão apresentados a maior em R\$27.581 mil, a provisão para passivo a descoberto (controladora) está apresentada a menor em R\$27.581 e o prejuízo do exercício (controladora e consolidado) está apresentado a maior em R\$30.069 mil.

- 4 Somos de parecer que, exceto quanto aos efeitos do assunto mencionado no parágrafo anterior que as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Energia S.A. e da Rio Grande Energia e sua controlada em 31 de dezembro de 2002 e o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos da Rio Grande Energia S.A. do exercício findo nessa data, bem como o resultado consolidado das operações e as origens e aplicações de recursos consolidadas desse exercício, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

- 5 Conforme descrito na nota explicativa 24 e demonstrado nas notas explicativas 6 e 13, as demonstrações financeiras da companhia em 31 de dezembro de 2002, incluem os efeitos contábeis decorrentes do Acordo Geral do Setor Elétrico, consignados na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e da energia elétrica comercializada no âmbito do Mercado Atacadista de Energia - MAE, que resultaram no registro de um contas a pagar de R\$ 31.484 mil (líquido de um contas a receber de R\$11.284 mil). Tais montantes já contemplam a liquidação parcial ocorrida em 30 de dezembro de 2002, no valor de R\$9.655 mil, autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica –ANEEL, após homologação dos valores bases para este fim. O saldo remanescente do MAE encontra-se pendente de liquidação em função de liminares obtidas por alguns agentes envolvidos que ainda questionam os correspondentes saldos e de algumas providências da administração do MAE, ademais algumas ações têm sido movidas por entidades de classe que obtiveram liminares quanto à cobrança de contas a receber de que trata a lei em referência. Assim, a liquidação desses valores pelos montantes consignados nas demonstrações financeiras da companhia, dependerão do desfecho final de ações judiciais em andamento.

- 6 As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2001 foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer em 25 de janeiro de 2002 com ressalva referente ao mesmo assunto descrito no parágrafo 3 acima e parágrafo de ênfase referente ao assunto descrito no parágrafo 5.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" RS

Carlos Biedermann
Sócio
Contador CRC RS 29321/O

Gilberto Bagaiolo Contador
Diretor
Contador CRC RS 069038/P

Balanço Social Anual (Em milhares de reais)						
1 - Base de Cálculo	2002			2001		
	R\$			R\$		
Receita líquida (RL)	909.939			805.179		
Resultado operacional (RO)	(92.543)			(19.939)		
Folha de pagamento bruta (FPB)	30.789			27.447		
2 - Indicadores Sociais Internos	R\$	% sobre FPB	% sobre RL	R\$	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	3.529	11,5%	0,4%	2.827	10,3%	0,4%
Encargos sociais compulsórios	10.810	35,1%	1,2%	9.548	34,8%	1,2%
Previdência privada	5.826	18,9%	0,6%	5.879	21,4%	0,7%
Saúde	924	3,0%	0,1%	964	3,5%	0,1%
Segurança e medicina no trabalho	826	2,7%	0,1%	446	1,6%	0,1%
Educação	868	2,8%	0,1%	779	2,8%	0,1%
Creches / auxílio creche	66	0,2%	0,0%	79	0,3%	0,0%
Participação nos lucros ou resultados	1.200	3,9%	0,1%	1.914	7,0%	0,2%
Outros	461	1,5%	0,1%	317	1,2%	0,0%
Total - Indicadores sociais internos	24.510	79,6%	2,7%	22.753	82,9%	2,8%
3 - Indicadores Sociais Externos	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Investimentos na cidadania - educação e cultura	1.131	-1,2%	0,1%	621	-3,1%	0,1%
Total das contribuições para a sociedade	1.131	-1,2%	0,1%	621	-3,1%	0,1%
Tributos (excluídos encargos sociais)	291.877	-315,4%	32,1%	252.094	-1264,3%	31,3%
Total - Indicadores sociais externos	293.008	-316,6%	32,2%	252.715	-1267,4%	31,4%
4 - Indicadores Ambientais	R\$	% sobre RO	% sobre RL	R\$	% sobre RO	% sobre RL
Programa social de eletricidade rural	-	-	-	50	-0,3%	0,0%
Programa de gestão ambiental	162	-0,2%	0,0%	-	-	-
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	8.549	-9,2%	0,9%	3.197	-16,0%	0,4%
Total dos investimentos em meio ambiente	8.711	-9,4%	0,9%	3.247	-16,3%	0,4%
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	1.299			1.219		
Nº de admissões durante o período	238			189		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	234			310		
Nº de estagiários(as)	37			29		
Nº de portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais	70			70		

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Rio Grande Energia S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias, tendo analisado, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2002, a Gestão Econômica da Companhia através de recomendações específicas, examinando o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos e das informações complementares recebidas, assim como o Parecer dos Auditores Independentes – PricewaterhouseCoopers, opinam no sentido de que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a situação patrimonial e financeira da Empresa, estando assim, em condições de serem submetidas à deliberação dos acionistas.

Porto Alegre, 17 de março de 2003

Fábio Jakobson Lerrer

Márcio José Ferreira

Roberto Lamb

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração, tendo examinado o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações de Origens e Aplicações de Recursos e documentos da Rio Grande Energia S.A., do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2002, após análise e esclarecimentos prestados pela Diretoria, consoante os Pareceres da Auditoria Externa e do Conselho Fiscal, aprova os referidos documentos, por unanimidade, e propõe sua aprovação por parte dos Senhores Acionistas.

Porto Alegre, 18 março de 2003

William Joseph Budney

Luiz Maurício Leuzinger

Aldo Luiz Mendes

Derci Alcântara

Francisco Caprino Neto

João Alberto Schmitt

Lacy Dias da Silva

Marcelo Emílio Figueira

Otávio Carneiro de Rezende

Valdir Garcia